

Richard Cantillon

ENSAIO SOBRE A NATUREZA DO COMÉRCIO EM GERAL

(1755)



SECRETARIA
EDUCAÇÃO

ENSAIO SOBRE A NATUREZA DO COMÉRCIO EM GERAL
(1755)

RAÍZES DO PENSAMENTO ECONÓMICO

Volume 3

Dados internacionais de catalogação na publicação
Bibliotecária responsável: MARA REJANE VICENTE TEIXEIRA

CANTILLON, Richard, 1697 - 1734

Ensaio sobre a natureza do comércio em geral ;

tradução: Fani Goldfarb Figueira. — Curitiba:

Segesta Editora, 2002.

196 p. ; 23 cm.

Inclui índice.

I. Comércio – História. I. Figueira, Fani Goldfarb.

II. Título.

CDD (20. ed.)

380.9

ISBN 85-89075-01-X

RICHARD CANTILLON

ENSAIO SOBRE A NATUREZA DO COMÉRCIO EM GERAL
(1755)

Apresentação e tradução de
FANI GOLDFARB FIGUEIRA



SEGESTA
EDITORA

Título original: *Essai sur la nature du commerce en général*, de Richard Cantillon
(Edição Francesa do Institut National d'Études Démographiques, 1952)

© Fani Goldfarb Figueira

Capa: Sobre Simone Martini, *São Martinho renuncia às armas*, detalhe.
Editoração Eletrônica: Marcio Renato dos Santos
Revisão: Gerson Carvalho
Finalização: Halisson Roberto de Souza



SEGESTA
EDITORA

Al. Princesa Isabel, 256 / apto 24
Curitiba / PR
80410 110
Tel.: (41) 233 8783
E-mail: segesta@uol.com.br

Sumário

Apresentação	11
--------------------	----

PRIMEIRA PARTE

Capítulo I	
Da riqueza	20
Capítulo II	
Das sociedades de homens	20
Capítulo III	
Das aldeias	24
Capítulo IV	
Dos burgos	25
Capítulo V	
Das cidades	26
Capítulo VI	
Das capitais	28

Capítulo VII

O trabalho de um lavrador vale menos do que o de um artesão..... 29

Capítulo VIII

Os artesãos ganham, uns mais e outros menos, segundo os casos e as diferentes circunstâncias 30

Capítulo IX

O número de lavradores, artesãos e outros, que trabalham num país, é naturalmente proporcional à necessidade que se tem deles 31

Capítulo X

O preço e valor intrínseco de uma coisa, em geral, tem como medida a terra e o trabalho que entram na sua produção 33

Capítulo XI

Da paridade ou relação entre o valor da terra e o valor do trabalho 35

Capítulo XII

Todas as ordens e todos os homens de um estado subsistem ou enriquecem às expensas dos proprietários de terra 41

Capítulo XIII

A circulação e a troca de gêneros e mercadorias, assim como sua produção, são conduzidas na Europa por empresários de modo fortuito 43

Capítulo XIV

Os caprichos e os hábitos de vida do príncipe e, sobretudo, dos proprietários de terra, determinam o uso que se dá às terras de um país e provocam, no mercado, variações no preço de todas as coisas 48

Capítulo XV

O aumento e a diminuição da população de um país dependem principalmente da vontade e dos hábitos dos proprietários de terra 52

Capítulo XVI	
Quanto mais trabalho houver numa nação, mais esta nação é considerada naturalmente rica	61
Capítulo XVII	
Dos metais e das moedas, particularmente o ouro e a prata.....	66
SEGUNDA PARTE	
Capítulo I	
Da troca.....	77
Capítulo II	
Dos preços de mercado	78
Capítulo III	
Da circulação do dinheiro.....	80
Capítulo IV	
Outra reflexão sobre a rapidez ou lentidão da circulação do dinheiro, na troca	89
Capítulo V	
Sobre a desigualdade da circulação de dinheiro vivo num país	94
Capítulo VI	
Do aumento e diminuição da quantidade de dinheiro vivo num país ...	99
Capítulo VII	
Continuação da mesma questão: do aumento e da diminuição da quantidade de dinheiro efetivo num país.....	106
Capítulo VIII	
Outra reflexão sobre o aumento e a diminuição da quantidade de dinheiro efetivo num país	109

Capítulo IX	
Dos juros do dinheiro e de suas causas	118

Capítulo X	
Causas do aumento e da diminuição dos juros do dinheiro	125

TERCEIRA PARTE

Capítulo I	
Do comércio exterior	133

Capítulo II	
Do câmbio e sua natureza	142

Capítulo III	
Outros esclarecimentos para o conhecimento da natureza do câmbio .	148

Capítulo IV	
Variações nas proporções dos valores em relação aos metais que servem de moeda	154

Capítulo V	
Do aumento e diminuição do valor nominal das moedas	163

Capítulo VI	
Dos bancos e do crédito	169

Capítulo VII	
Outros esclarecimentos e considerações sobre a utilidade de um banco nacional	172

Capítulo VIII	
Refinamentos do crédito dos bancos gerais	178

Índice remissivo	183
------------------------	-----

APRESENTAÇÃO

Tenho a grata satisfação de ter traduzido, para o português, o *Ensaio sobre a Natureza do Comércio*, de Richard Cantillon, publicado em 1755.

Cantillon não é uma figura muito conhecida. Seu livro, que só foi publicado após a sua morte, não causou, na época, uma grande impressão. Os comentaristas, por sua vez, não parecem ter informações muito esclarecedoras sobre a sua biografia. Tudo se passa como se, ao perceberem a importância da obra, os dados sobre o autor – banqueiro, mas também um especulador – já tivessem se perdido no tempo. Tem-se a sensação de que, quando perceberam sua importância como pensador, seus dados pessoais já se haviam embaralhado. Diga-se, aliás, que, como especulador, Cantillon talvez não tivesse, ele próprio, muito interesse em precisar informações a seu respeito. Isto é tanto mais verdade que mesmo a sua morte não fica muito clara. Segundo alguns, ele teria sido roubado por ladrões que, a seguir, atearam fogo à casa. Outros, no entanto, relatam que o incêndio na casa visava, apenas, encobrir seu assassinato, pois quando, surpreendentemente, o fogo foi apagado, encontraram Cantillon apunhalado, em um dos aposentos que escapara do incêndio.

Estas curiosidades policialescas, digamos assim, da biografia de Cantillon, não representam um papel importante para o entendimento da sua obra. Ao contrário. A leitura do *Ensaio* revelará um pensamento tão sóbrio e equilibrado que se torna difícil imaginar seu autor envolvido em questões desta ordem.

Irlandês de nascimento, Cantillon, que vivia na Inglaterra, passou, no entanto, alguns anos em Paris, o que explicaria – em parte – o fato de o *Ensaio* ter sido, originalmente, escrito em francês. Seu nome, associado às escandalosas especulações financeiras que têm em Law sua

figura principal, só entrou para o rol dos grandes economistas quando, em 1755, Mirabeau editou o *Ensaio*.

Mirabeau, que acreditava dever a Cantillon as idéias que defende-ra em *O Amigo do Povo*, pois que decidira escrever seu livro a partir dos comentários que se propusera fazer do *Ensaio*, renuncia, ele próprio, a “fazer passar à posteridade alguns detalhes da vida laboriosa” daquele autor, para não magoar sua família. A leitura de sua obra - diz Mirabeau - bastará para conferir-lhe a “autenticidade que merece”.

Deixemos então, como o fez Mirabeau, estas curiosidades à margem. Mesmo porque elas são, de fato, marginais - e, portanto, desnecessárias - ao entendimento de Cantillon.

Cantillon situa-se entre os precursores da Economia Política por-que atribui toda a vida à produção humana. Os problemas - e suas soluções - são, todos, humanos. Não há forças sobrenaturais nesta história. Mesmo nesta ciência, contudo, nem todos - tão radicalmente quanto ele - entenderam que a produção é a produção da vida huma-na. Mas é desta radicalidade que emana o prazer e a importância da leitura do *Ensaio*. Porque vemos, a cada capítulo e a cada página, emergir - em toda a sua complexidade - o produto maior da ação humana, isto é, o próprio homem. Acompanhar a linha de montagem numa indús-tria não nos permitiria ver mais claramente do que em suas páginas que cada produto é a quantidade de terra e trabalho que entram em sua composição. O local em que o homem vive, a comida que come, a bebida que consome, a roupa que veste, o tamanho da casa que habita e a dimensão da sua família, tudo se mensura em terra e trabalho. Assim como os homens se organizam, assim são eles.

Cantillon descreve minuciosa e detalhadamente as distintas for-mas desta organização. Nada passa despercebido a este minucioso pensador. O usufruto de cavalos para o trabalho ou as belas parselhas de passeio, a fina seda ou a bela renda, a renúncia ao casamento ou à constituição de uma família, tudo obedece às determinações das re-gras da produção.

O leitor que pela primeira vez debruçar-se sobre Cantillon ficará surpreso com a simplicidade de seu estilo. As questões de que trata são, evidentemente, extremamente complexas, já que ele se propõe a entender a organização da sociedade humana, mas a forma em que

efetiva sua proposição surpreende por sua absoluta singeleza. Se há quem possa com ele não concordar, não há quem possa argumentar não tê-lo entendido bem.

Cantillon começa afirmando que toda a riqueza de uma sociedade advém da terra. A terra é, na sua expressão, a mãe, enquanto o trabalho humano é o pai.

O trabalho, diz Cantillon, transforma em riqueza, em bens, aquilo que a terra oferece. É possível ser mais simples ou mais direto?

Terra, porém, não é, para Cantillon, natureza e, sim, propriedade. Isto é, ele trata de homens, mas homens pertencentes a uma determinada forma histórica da sua organização. Se, pois, a fonte de toda a riqueza, a terra, está apropriada, a vida, nos diferentes países (ou regiões, para nos atermos à sua linguagem), dependerá da maneira como vivem os proprietários da terra, os proprietários da fonte de toda a riqueza.

Os homens estabelecem, pois, determinadas relações sociais e vivem de acordo com estas relações. Como diria Marx, eles não são senão estas relações.

O leitor ficará, também, surpreso ao verificar quão impossível é encontrar nestas páginas um único deslize fantasioso ou uma qualquer proposição utópica de igualdade. Jamais veremos nestas páginas uma idealização de como deveria ser a sociedade humana. Jamais uma condenação pela forma que esta assumiu. Apenas – e sempre – a descrição de uma determinada forma de organização social. O selvagem – diz ele – consome o equivalente a x alqueires de terra, enquanto o chinês, que come apenas arroz e bebe água de arroz, sobrevive com y alqueires de terra. Qual destas formas é a melhor, mais justa ou mais desejável? Para estas questões o leitor não encontrará resposta no *Ensaio*. Em compensação encontrará um dos mais profundos métodos de entendimento de sua própria vida. Cantillon obriga-nos a olhar para nós mesmos. Obriga-nos a buscar entender nossa própria forma de organização social.

Nunca mais – após a leitura do *Ensaio* – desfrutaremos da inocência anterior. Cantillon nos abre os olhos e nos obriga a mantê-los bem abertos. Somos os únicos responsáveis pela vida humana, responsabilidade esta gratificante, mas também assustadora.

RICHARD CANTILLON
(1697 – 1734)

Ensaio sobre a natureza do comércio em geral
1ª ed.: 1755

PRIMEIRA PARTE

CAPÍTULO I

DA RIQUEZA

A terra é a fonte ou a matéria de onde se tira a riqueza; o trabalho do homem é a forma que a produz: e a riqueza em si mesma não é outra coisa senão o alimento, as comodidades e os deleites da vida.

A terra produz ervas, raízes, cereais, linho, algodão, cânhamo, arbustos e árvores de várias espécies, com frutos, cascas e folhagens diversas, como as das amoreiras para os bichos da seda; ela produz minas e minerais. O trabalho do homem dá forma de riqueza a tudo isto.

Os rios e os mares fornecem peixes para a alimentação do homem e muitas outras coisas para o seu deleite. Mas estes mares e estes rios pertencem às terras adjacentes ou são comuns; e deles o trabalho do homem tira o peixe e outros proveitos.

CAPÍTULO II

DAS SOCIEDADES DE HOMENS

Como quer que se forme uma sociedade de homens, a propriedade das terras que eles habitam pertencerá necessariamente a um pequeno número dentre eles.

Nas sociedades nômades, como as hordas tártaras e os aldeamentos indígenas, que vão de um lugar ao outro com seus animais e a família, é preciso que o chefe ou o rei que as conduz, regule os limites de cada chefe de família e as parcelas de cada qual em torno do acampamento.

Se assim não fora haveria sempre disputas pelas parcelas, pelos bens, bosques, pastos, águas, etc. Porém, tendo sido regulamentadas as parcelas e os limites de cada um, esta regulamentação valerá tanto quanto uma propriedade durante todo o tempo em que eles aí permanecerem.

Nas sociedades mais estáveis, se um Príncipe, à frente de um exército, conquistou um território, ele distribuirá as terras entre os seus oficiais ou favoritos segundo seus méritos ou a seu bel-prazer (que é o que originariamente acontece na França); ele estabelecerá leis para conservar-lhes a propriedade e a seus descendentes; ou então, reservará para si a propriedade das terras e utilizará seus oficiais e favoritos para valorizá-las; ele pode, ainda, lhas ceder, com a condição que eles lhe paguem todos os anos um certo censo ou renda; ou ele as cederá reservando-se a prerrogativa de taxá-las todos os anos, de acordo com suas necessidades e o rendimento delas.

Em todos estes casos, estes oficiais ou favoritos, quer sejam eles proprietários absolutos, quer dependentes, quer sejam eles intendentos ou inspetores do produto das terras, eles não serão mais do que um pequeno número em relação ao conjunto dos habitantes.

Mesmo que o Príncipe faça a distribuição das terras em partes iguais entre todos os habitantes, nem por isso elas deixarão, posteriormente, de vir a pertencer apenas a um reduzido número. Um habitante terá muitos filhos e não poderá deixar para cada um deles uma porção de terra igual a sua; um outro morrerá sem filhos, e deixará seu quinhão de terra para aquele que já a tem, de preferência a deixá-la para quem não a tem; um terceiro será preguiçoso, excêntrico ou doentio e se verá obrigado a vender seu pedaço de terra para um outro que, frugal e industrioso, aumentará continuamente suas terras por meio de novas compras. Este empregará o trabalho daqueles que, não tendo nenhuma porção de terra própria, serão obrigados a lhe oferecer seu trabalho, para subsistir.

Quando da fundação de Roma, cada habitante recebeu dois jornais de terra: o que não impediu que logo depois houvesse uma desigualdade tão grande nos patrimônios quanto a que vemos hoje em todos os países da Europa. As terras couberam em partilha a um pequeno número.

Supondo que as terras de um novo país pertençam a um pequeno número de pessoas, cada proprietário trabalhará, ele próprio, as suas terras ou as cederá a um ou a vários arrendatários. Esta organização econômica deve assegurar aos arrendatários e lavradores sua subsistência, necessidade esta indispensável, quer as terras sejam utilizadas por conta do proprietário, quer o sejam por conta do arrendatário. O excedente do produto da terra é devido ao proprietário que entrega uma parte ao Príncipe ou ao Estado; ou então, é o arrendatário que faz a entrega desta parte ao Príncipe, descontando-a do proprietário.

Quanto ao uso que se deve dar à terra, antes de mais nada uma parte dela tem que ser empregada para manutenção e alimentação daqueles que a trabalham e valorizam: o resto depende principalmente do temperamento e da maneira de viver do Príncipe, dos senhores, e do proprietário; se eles gostam de beber, é preciso cultivar vinhas; se apreciam as sedas, é preciso plantar amoreiras e criar bichos-da-seda; ademais, é preciso empregar uma certa porção da terra para manter todos os que são necessários a este trabalho; se eles gostam de cavalos, são precisos prados, e assim sucessivamente.

Não é fácil conceber a formação de uma sociedade de homens se se supõe que as terras não pertencem a ninguém em particular. Vemos, por exemplo, que, numa aldeia, o número de animais que cada habitante pode enviar às terras comunais é regulamentado.

Ainda que as terras fossem deixadas ao primeiro que as ocupasse quando de uma nova conquista, ou quando do descobrimento de um novo território, mesmo assim, se acabaria tendo que recorrer a uma regra que fixasse a propriedade para poder chegar a estabelecer uma sociedade de homens. Neste caso, pouco importa que seja a força ou a ordem política que decidam desta regra.

CAPÍTULO III

DAS ALDEIAS

Qualquer que seja o uso que se faça da terra, quer seja pastagem, quer seja para o cultivo de trigo ou vinhas, é preciso que os arrendatários ou lavradores que conduzem o trabalho residam bem próximo; caso contrário, o tempo que gastariam para ir ao campo e retornar às suas casas consumiria uma parte muito grande da jornada. Por isso é que é necessário que haja aldeias espalhadas por todo o campo e terras cultivadas onde deve haver também ferradores e carpinteiros que façam as ferramentas, os arados e as carroças que se requer, sobretudo, quando a aldeia fica distante dos burgos e cidades. No que diz respeito ao número de habitantes, o tamanho de uma aldeia é naturalmente proporcional ao número daqueles cujo trabalho diário é requerido pela terra e, também, ao de artesãos que encontram ocupação junto aos arrendatários e lavradores. Nas aldeias próximas às cidades, esses artesãos não são assim tão indispensáveis porquanto os lavradores podem se dirigir a elas sem perder muito tempo.

Se um ou vários dos proprietários das terras dependentes da aldeia vier nela fixar residência, o número de habitantes será muito maior, em função dos criados e artesãos que para ela eles atrairão, bem como das tabernas que serão abertas para comodidade dos domésticos e dos trabalhadores que ganham a vida com esses proprietários.

Se a terra servir apenas para alimentar rebanhos de carneiros, como as dunas e as charnecas, as aldeias serão mais raras e menores porque a terra não requer mais do que um reduzido número de pastores.

Se a terra não produz senão bosques, em terrenos arenosos, onde não nasce nem pasto para os animais, e se ela fica distante de cidades e rios, o que torna a madeira destes bosques inútil para o consumo, como ocorre muito na Alemanha, não haverá nem casas, nem aldeias a não ser as necessárias para recolher as bolotas e alimentar os porcos, no inverno; mas se a terra for inteiramente estéril não haverá nem aldeias nem habitantes.

CAPÍTULO IV

DOS BURGOS

Há aldeias onde, por influência de algum proprietário ou senhor da Corte, foram estabelecidas feiras. Essas feiras, que se realizam uma ou duas vezes por semana, encorajam muitos pequenos empresários e mercadores a estabelecerem-se no local; ou então, eles compram na feira os gêneros que são trazidos das aldeias próximas e os levam para as cidades onde são trocados por ferro, sal, açúcar e outras mercadorias que, nos dias de feira, vendem, por sua vez, aos habitantes das aldeias. Do mesmo modo, muitos pequenos artesãos vêm estabelecer-se nesses locais, como é o caso dos serralheiros, marceneiros e outros que atendem àquelas necessidades dos aldeões que não podem ser satisfeitas nas aldeias. Por fim, essas aldeias vêm a se tornar burgos.

Quando um burgo está situado no centro das aldeias e seus habitantes vão à feira é mais natural e mais fácil que nestes dias os aldeões nela vendam seus gêneros e comprem as mercadorias de que necessitam, do que esperar que os mercadores e empresários tragam tais mercadorias para as aldeias a fim de trocá-las pelos gêneros dos aldeões. 1.º – A circulação dos mercadores nas aldeias aumentaria sem necessidade a despesa com transporte. 2.º – Esses mercadores teriam que percorrer um número muito maior de aldeias até poder encontrar os gêneros na qualidade e na quantidade que procuram. 3.º – Muito freqüentemente os aldeões estariam no campo por ocasião da chegada desses mercadores e, sem saber exatamente que espécie de gêneros eles queriam comprar, não teriam deixado nada já preparado. 4.º – Seria praticamente impossível que os aldeões e os mercadores chegassem a um acordo quanto aos preços dos gêneros e das mercadorias nas aldeias. O mercador recusaria o preço pedido por um gênero numa dada aldeia na esperança de encontrar esse mesmo gênero mais barato em outra, e o aldeão recusaria o preço que o mercador lhe oferece pela sua mercadoria, na esperança de que um outro mercador lhe comprasse por um preço maior.

Evitam-se todos esses inconvenientes quando os aldeões vêm ao burgo nos dias de feira para vender seus produtos e comprar as mercadorias de que precisam. Os preços são fixados pela proporção entre os gêneros ofertados e o dinheiro disponível para comprá-los; isto se passa no mesmo local e sob as vistas de todos os aldeões de diferentes aldeias e dos mercadores ou empresários do burgo. Quando o preço ficou acertado entre alguns, os outros o seguem sem dificuldade e estabelece-se, assim, o preço de mercado daquele dia. O camponês retorna para a aldeia e retoma o seu trabalho.

O tamanho do burgo é naturalmente proporcional ao número de arrendatários e lavradores necessários para o cultivo das terras a ele vinculadas, ao número de artesãos e pequenos mercadores que as aldeias da circunscrição deste burgo empregam, seus ajudantes, seus cavalos, e, por fim, ao número de pessoas que os proprietários das terras que nele residem mantêm a seu serviço.

Quando as aldeias da circunscrição de um burgo (aquelas a que os habitantes levam ordinariamente seus gêneros à feira) são importantes, isto é, quando têm muitos produtos, o burgo tornar-se-á também, e na mesma proporção, grande e rico; mas, quando as aldeias que o circundam produzem pouco, o burgo é, ele também, pobre e insignificante.

CAPÍTULO V

DAS CIDADES

Os proprietários que têm apenas pequenas porções de terra moram, em geral, em burgos e aldeias próximos de suas terras e de seus arrendatários. Transportar os gêneros que lhes cabem até cidades muito distantes os deixaria sem condições de viver comodamente nestas cidades. Mas os proprietários que têm muitas terras têm os meios que lhes permitem ir residir longe das suas terras e usufruir de uma agradável companhia com outros proprietários e senhores da mesma espécie.

Se um príncipe ou senhor, que recebeu grandes concessões de terras quando da conquista ou descoberta de um território, fixa sua residência em algum lugar agradável, e se muitos outros senhores vêm nele estabelecer também a sua residência para estar em condições de verem-se freqüentemente e gozar de uma companhia agradável, este lugar tornar-se-á uma cidade. Serão construídas grandes casas para estes senhores viverem; mais uma infinidade delas para os mercadores, os artesãos, gente de toda sorte de profissões que a presença desses senhores atrairá.

Para atender a esses senhores serão necessários padeiros, açougueiros, cervejeiros, mercadores de vinho, fabricantes de toda espécie. Estes empresários construirão suas casas no local em questão ou alugarão casas construídas por outros empresários. Não há grande senhor cujas despesas com a casa, com os criados, com seu estilo de vida, em geral, não mantenha mercadores e artesãos de toda espécie, como se pode ver pelos cálculos que se encontram no *Suplemento* deste ensaio.¹

Como todos esses artesãos e empresários prestam-se mutuamente serviços, do mesmo modo que servem diretamente aos senhores, não é fácil perceber que, em última análise, são os senhores e os proprietários de terra que os mantêm.

Não é igualmente fácil perceber que todas as pequenas casas de uma cidade, tal como aqui foi descrito, dependem e subsistem graças ao dispêndio das grandes casas. Veremos, contudo, a seguir, que todas as ordens e habitantes de um país subsistem às expensas dos proprietários de terra.

A referida cidade crescerá ainda mais se o rei ou o governo nela vier a estabelecer Tribunais de Justiça aos quais recorrerão os habitantes dos burgos e aldeias da província. Será preciso aumentar o contingente de empresários e artesãos de toda espécie para atender ao pessoal da justiça e aos pleiteantes.

Se nesta mesma cidade vêm a organizar-se trabalhos e manufaturas que produzem para além do que é requerido pelo consumo interno,

1 O "Suplemento" em questão não foi encontrado. [Nota da Edição Francesa]

e esses produtos são enviados para ser vendidos no exterior, a cidade crescerá na proporção dos trabalhadores e artesãos que nela subsistem às expensas desse comércio.

Mas, se, para não perturbar a nossa questão, descartarmos essas idéias, podemos dizer que o conjunto de muitos ricos proprietários de terra, vivendo num mesmo local, basta para formar o que se chama uma cidade, e muitas cidades na Europa devem o número de seus habitantes a esta reunião. Neste caso, a dimensão de uma cidade é naturalmente proporcional ao número dos proprietários de terra que nela residem, ou, antes, ao produto das terras que lhes pertencem, descontando-se os custos do transporte daqueles cujas terras ficam mais distantes, e aquela parte que eles são obrigados a fornecer ao rei ou ao Estado, a qual deve normalmente ser consumida na Capital.

CAPÍTULO VI

DAS CAPITALS

Uma Capital forma-se da mesma maneira que uma cidade de província, com a diferença que os mais ricos proprietários de terra de todo Estado residem na Capital; que o Rei ou o Governo supremo nela vivem e nela despendem as rendas do Estado; que os Tribunais de Justiça de última instância nela se encontram; que ela é o centro da moda que todas as províncias imitam; que os proprietários de terra que vivem nas províncias jamais deixam de vir de vez em quando passar uns tempos na Capital e de enviar seus filhos para nela se polirem. Deste modo, todas as terras do Estado contribuem, mais ou menos, para a subsistência dos habitantes da Capital.

Se um soberano deixa uma cidade para ir viver em outra, a nobreza certamente o seguirá e estabelecerá residência junto a ele, na nova cidade, que virá a se tornar grande e considerável em detrimento da primeira. Temos disso um exemplo muito recente na cidade de Petersburgo que se desenvolveu em detrimento de Moscou. É muito

comum também ver-se cidades antigas e que eram importantes entrar em decadência e outras renascem das suas cinzas.

As grandes cidades são, em geral, construídas no litoral ou às margens dos grandes rios, pois o transporte de gêneros e mercadorias necessários à manutenção e conforto dos habitantes é bem mais barato quando feito por água do que por terra.

CAPÍTULO VII

O TRABALHO DE UM LAVRADOR VALE MENOS DO QUE O DE UM ARTESÃO

O filho de um lavrador, aos sete ou doze anos, começa a ajudar seu pai; quer guardando o rebanho, quer revolvendo a terra, ou em outros trabalhos do campo que não exigem nenhuma arte nem habilidade.

Se seu pai o encaminhasse para aprender um ofício perderia seu trabalho durante todo o tempo que durasse o aprendizado e ainda seria obrigado a pagar sua manutenção e os custos da sua aprendizagem durante muitos anos. Ele viveria às custas do pai e seu trabalho não traria nenhuma vantagem senão ao fim de um certo número de anos. Não se calcula a vida de um homem em mais do que dez ou doze anos.² Tendo em vista que se perdem muitos anos para aprender um ofício, porquanto a maior parte deles requer, na Inglaterra, sete anos de aprendizagem, um lavrador jamais desejaria que seu filho aprendesse uma profissão se as pessoas de ofício não ganhassem bem mais do que os lavradores.

Portanto, aqueles que empregam artesãos ou gente de ofício devem necessariamente pagar mais caro pelo seu trabalho do que pelo de um lavrador ou trabalhador braçal; e este trabalho será tanto mais caro quanto maior for o tempo que se perde para aprendê-lo e maiores as despesas e riscos necessários ao seu aperfeiçoamento.

2 O original não é claro nesta passagem. [N. T.]

Mesmo aqueles que têm um ofício não encaminham todos os seus filhos para aprendê-lo, porquanto seu número seria excessivo para as necessidades da cidade ou do Estado e muitos ficariam absolutamente sem trabalho. De todo modo, este trabalho é sempre naturalmente mais caro do que o dos lavradores.

CAPÍTULO VIII

OS ARTESÃOS GANHAM, UNS MAIS E OUTROS MENOS, SEGUNDO OS CASOS E AS DIFERENTES CIRCUNSTÂNCIAS

Se dois alfaiates fazem todo o vestuário de uma aldeia, um poderá ter mais clientes do que outro, seja por sua maneira de atrair a freguesia, seja porque é mais competente, ou trabalhe com mais afinco, seja porque ele segue melhor a moda na confecção das roupas.

Se um alfaiate morre, o outro, ficando assoberbado de serviço, poderá aumentar o preço do seu trabalho, preterindo uns clientes a outros até o ponto em que os aldeões, mesmo perdendo o tempo de ir e vir, prefiram levar suas roupas para fazer em alguma outra aldeia, burgo ou cidade. Ou então, até que um outro alfaiate venha viver na aldeia e divida com ele o trabalho.

Os ofícios que requerem mais tempo para seu aperfeiçoamento, ou mais habilidade e destreza, devem naturalmente ser mais bem pagos. Aquele artesão que é hábil em fazer gabinetes deve receber um pagamento melhor por seu trabalho do que um marceneiro comum, e um bom relojoeiro mais do que um ferrador.

As artes e ofícios sujeitos a riscos e perigos, como fundidores, marinheiros, mineiros de prata, etc., devem ser pagos proporcionalmente a estes riscos. Quando, além dos riscos, é preciso ter habilidade, eles devem ser mais bem pagos ainda; é o caso dos pilotos, dos mergulhadores, dos engenheiros, etc. Quando, além da capacidade, se requer também confiança é necessário pagar ainda mais caro pelo trabalho, como para os joalheiros, os contadores, os caixas e outros.

Segundo essas observações e tantas outras que se poderia tirar da experiência diária, vê-se facilmente que a diferença de preço que se paga pelo trabalho diário está fundada em razões naturais e evidentes.

CAPÍTULO IX

O NÚMERO DE LAVRADORES, ARTESÃOS E OUTROS, QUE TRABALHAM NUM PAÍS, É NATURALMENTE PROPORCIONAL À NECESSIDADE QUE SE TEM DELES

Se todos os lavradores de uma aldeia encaminham muitos filhos para o mesmo trabalho, haverá um número excessivo de lavradores para o cultivo das terras ligadas a essa aldeia e, portanto, será necessário que os adultos excedentes se dirijam a outra parte para tentar ganhar a vida, como o fazem, em geral, nas cidades. Se alguns permanecem junto a seus pais, como não encontrarão trabalho de maneira nenhuma, viverão em grande miséria e não se casarão por falta de condições para criar filhos ou, se casarem e tiverem filhos, esses morrerão de miséria juntamente com os pais, como se vê diariamente na França.

Assim, se a aldeia mantém as mesmas condições de trabalho e tira sua subsistência da mesma porção de terra, nem em mil anos ela aumentará o número de seus habitantes.

É verdade que as mulheres e moças desta aldeia podem, nas horas em que não estão trabalhando no campo, dedicar-se a fiar, tricotar ou a fazer outros trabalhos que poderão ser vendidos nas cidades. Mas isto raramente é suficiente para manter os filhos excedentes que deixam a aldeia para tentar a sorte em outra parte.

O mesmo raciocínio vale para os artesãos de uma aldeia. Se um único alfaiate faz todas as roupas do lugar e se ele encaminha três filhos para o mesmo ofício, como só há trabalho para um deles, que o sucederá, os outros dois têm que tentar ganhar a vida em outro lugar. Se eles não encontrarem emprego na cidade próxima, terão que ir para mais longe ou, então, terão que mudar de profissão e ganhar a vida como lacaios, soldados, marinheiros, etc.

Donde se pode facilmente concluir que os lavradores, artesãos e outros que ganham a vida com o próprio trabalho, devem ser numeri-

camente proporcionais ao emprego e às necessidades que se tem deles nos burgos e nas cidades.

Mas se quatro alfaiates bastam para fazer as roupas de um burgo, e aparece um quinto alfaiate, ele só poderá conseguir trabalho em detrimento dos outros quatro; de modo que, se o trabalho vem a ser dividido entre os cinco alfaiates, nenhum deles terá serviço suficiente e todos viverão ainda mais pobremente.

Ocorre freqüentemente que lavradores e artesãos não tenham serviço suficiente quando um número muito grande deles tem que partilhar o mesmo trabalho. Dá-se, também, ficarem privados dos empregos que tinham por acidentes ou variações no consumo. Pode-se dar também que em certas circunstâncias lhes sobrevenha um excesso de serviço. Qualquer que seja a causa, quando lhes falta trabalho eles deixam as aldeias, burgos ou cidades em que viviam, em número tal que os que permanecem são sempre proporcionais às atividades que lhes permite subsistir; ocorrendo um aumento constante de trabalho, aparecem muitos outros para partilhar deste trabalho.

Essas reflexões permitem compreender que as escolas de caridade na Inglaterra e os projetos para aumentar, na França, o número de artesãos são absolutamente inúteis. Se o rei da França enviasse à Holanda, às suas custas, milhares de súditos para aprender a navegar, eles seriam inúteis ao voltar se não se puser mais navios no mar do que havia antes. É verdade que seria muito mais vantajoso para um país fazer com que seus súditos aprendessem a confeccionar aquelas manufaturas que habitualmente são compradas no exterior. Por ora, no entanto, não estou considerando um país senão em relação a si mesmo.

Como os artesãos ganham mais do que os lavradores eles estão em melhores condições para fazer seus filhos seguirem seus ofícios; e num país em que haja abundância de trabalho para ocupar permanentemente os artesãos não pode haver falta deles.

CAPÍTULO X

O PREÇO E VALOR INTRÍNSECO DE UMA COISA, EM GERAL, TEM COMO MEDIDA A TERRA E O TRABALHO QUE ENTRAM NA SUA PRODUÇÃO

Um arpeno de terra produz mais trigo ou alimenta mais carneiros do que outro; o trabalho de um homem é mais caro do que o de outro, dependendo – como já expliquei – da habilidade e do acaso. Se dois arpenos forem da mesma qualidade, um deles sustentará tantos carneiros e produzirá a mesma quantidade de lã que o outro, supondo-se o mesmo trabalho. A lã produzida por um vender-se-á pelo mesmo preço do que a produzida pelo outro.

Se se confecciona com a lã de um deles uma roupa de tecido grosseiro e, com a lã do outro, uma roupa de tecido fino, tendo em vista que esta última demandará uma maior quantidade de trabalho e um trabalho mais caro do que o que confeccionou a de tecido grosseiro, esta roupa será freqüentemente dez vezes mais cara, ainda que uma e outra contenham a mesma quantidade de lã da mesma qualidade. A quantidade do produto da terra, e a quantidade, tanto quanto a qualidade, do trabalho, entrarão necessariamente no preço.

Uma libra de linho transformada em rendas finas de Bruxelas requer o trabalho de quatorze pessoas durante um ano ou o trabalho de uma pessoa durante quatorze anos, como se pode ver pelo cálculo das diferentes partes do trabalho no *Suplemento*. Nele vê-se, também, que o preço dessas rendas dá para pagar a manutenção de uma pessoa durante quatorze anos e, ainda, para pagar os lucros de todos os empresários e mercadores envolvidos.

A mola de aço fino que regula um relógio na Inglaterra, é, em geral, vendida por um preço que estabelece a proporção entre a matéria³ e o trabalho ou entre o aço e a mola, proporção esta que é de um⁴

3 O leitor verá, ao fim deste capítulo, a definição que Cantillon dá para “matéria”. [NT.]

4 A Edição Francesa alerta para o fato de ter havido, talvez, um erro de impressão. A proporção, aqui, poderia ser de 1 para 1 milhão. [NT.]

para um, de modo que quase todo o valor desta mola deve-se ao trabalho. Ver este cálculo no *Suplemento*.

Por outro lado, o preço do feno, entregue no próprio local, ou o preço da madeira a ser cortada, é regulado pela matéria ou pelo produto que a terra, segundo sua fertilidade, pode dar.

O preço de um cântaro de água do rio Sena é nenhum, porque esta é uma matéria imensa que não se esgota nunca; mas paga-se um soldo por ela nas ruas de Paris, que é o preço ou a medida do trabalho do aguadeiro.

Tais considerações e exemplos permitirão, acredito, que se compreenda que o preço ou o valor intrínseco de uma coisa tem como medida a quantidade de terra e de trabalho que entram na sua produção, levando-se em conta a qualidade ou rendimento da terra e a qualidade do trabalho.

Ocorre freqüentemente que várias coisas que atualmente têm valor intrínseco não se vendem no mercado segundo este valor: isto dependerá do capricho e das fantasias dos homens, e do consumo que farão.

Se um senhor abre canais e ergue terraços na sua herdade, seu valor intrínseco será proporcional à terra e ao trabalho. Mas, na verdade, o preço não manterá sempre esta proporção: se ele puser à venda esta herdade, pode ocorrer que ninguém queira lhe pagar nem a metade do que ele despendeu; mas pode se dar também, se muitos a desejarem, que ele logre o dobro do seu valor intrínseco, isto é, o valor do terreno e a despesa que ele fez.

Se os agricultores de um país semeiam mais trigo do que fazem habitualmente, isto é, muito mais trigo do que é necessário para o consumo anual, o valor intrínseco e real do trigo corresponderá à terra e ao trabalho que entram na sua produção. Todavia, como há uma quantidade muito grande de trigo e mais vendedores do que compradores, necessariamente o preço do trigo no mercado cairá abaixo do preço ou valor intrínseco. Se, ao contrário, os agricultores semearém menos trigo do que é necessário para o consumo, haverá mais compradores do que vendedores, e o preço do trigo no mercado elevar-se-á acima do seu valor intrínseco.

O valor intrínseco das coisas nunca varia, mas a impossibilidade de estabelecer uma proporção entre a produção de mercadorias e gêneros e o seu consumo num país, provoca uma variação diária e um fluxo e refluxo contínuo nos preços de mercado. Entretanto, nas sociedades bem reguladas, os preços de mercado dos gêneros e mercadorias cujo consumo é constante e uniforme, não se afastam muito de seu valor intrínseco. Desde que não sobrevenham anos nem de demasiada escassez nem demasiado abundantes, os magistrados das cidades podem fixar o preço de mercado de muitas coisas, como do pão e da carne, sem que ninguém tenha do que reclamar.

A terra é a matéria e o trabalho é a forma de todos os gêneros e mercadorias. Como aqueles que trabalham têm necessariamente que subsistir do produto da terra, parece que se poderia encontrar uma relação entre o valor do trabalho e o do produto da terra. Este será o tema do capítulo seguinte.

CAPÍTULO XI

DA PARIDADE OU RELAÇÃO ENTRE O VALOR DA TERRA E O VALOR DO TRABALHO

Não parece que a Providência tenha dado direito de posse das terras a um homem e não a outro. Os mais antigos títulos de propriedade estão fundados na violência e nas conquistas. As terras do México pertencem hoje aos espanhóis e as de Jerusalém, aos turcos. Mas, como quer que se tenha chegado à propriedade e posse das terras, já observamos que elas sempre vêm a caber a uma minoria, a considerarmos a totalidade dos habitantes.

Se um grande proprietário de terras encarrega-se, ele próprio, de valorizá-las, ele empregará escravos ou gente livre para trabalhar. Se ele empregar muitos escravos, precisará de capatazes para pô-los a trabalhar; precisará, também, de escravos artesãos que lhe forneçam — a ele e aos que ele emprega — todos os confortos e comodidades da vida; terá ainda que fazer com que outros escravos aprendam ofícios para poder dar continuidade ao trabalho.

Neste tipo de economia, o proprietário tem que dar aos seus escravos-lavradores uma subsistência simples e o suficiente para poderem criar seus filhos. Aos seus capatazes, ele deve dar vantagens proporcionais à confiança e autoridade de que gozam. O proprietário tem, ainda, que manter os escravos que estão aprendendo um ofício e, portanto, não estão produzindo, durante o tempo da sua aprendizagem.

Quanto aos escravos-artesãos que estão trabalhando, e aos seus capatazes, que devem entender destes ofícios, o proprietário tem que lhes dar uma subsistência proporcionalmente maior do que a fornecida aos escravos lavradores, etc., porque a perda de um artesão será muito maior do que a de um lavrador. Deve-se ter mais cuidado com eles, tendo em vista que a aprendizagem de um ofício que permita substituí-los é sempre custosa.

Neste caso, o trabalho do mais vil escravo adulto vale, ou pelo menos corresponde, à quantidade de terra que o proprietário é obrigado a empregar para a sua subsistência, e, ainda, ao dobro da quantidade de terra que é necessária para que ele crie um filho até a idade de trabalhar. Tendo em vista que a metade das crianças que nascem, morrem antes dos dezessete anos, segundo os cálculos e observações do célebre Dr. Halley, é necessário criar dois filhos para conservar um na idade do trabalho. Ao que tudo indica nem mesmo este número bastaria para assegurar continuidade ao trabalho, pois adultos podem morrer em qualquer idade.

É verdade que a metade das crianças que nascem e que morrem antes dos dezessete anos, falecem mais nos primeiros anos de vida do que nos seguintes. Bem mais de um terço dos nascidos morre já no primeiro ano. Esta circunstância pareceria dever reduzir as despesas necessárias para criar uma criança até atingir a idade do trabalho. No entanto, como as mães perdem muito tempo para cuidar de seus filhos nas enfermidades da infância, e, como as moças, mesmo adultas, não igualam o trabalho dos homens e mal ganham a sua subsistência, parece que para manter um, de dois filhos, até a idade viril ou do trabalho, é necessário empregar tanto produto da terra quanto se emprega para a subsistência de um escravo adulto, quer o proprietário os crie pessoal-

mente na sua casa ou transfira sua criação a outros, quer o pai escravo os crie em casa ou em local apartado. Concluo, assim, que o trabalho diário do mais vil escravo corresponde, em valor, ao dobro do produto da terra de onde ele tira sua subsistência. Tanto faz que o proprietário lhe dê terra para sua própria subsistência e a de sua família, ou que seja o proprietário que proveja a ele e à sua família em sua própria casa. Esta é uma matéria que não permite que se faça um cálculo exato; aliás, a precisão, neste caso, nem é indispensável, basta que não nos distanciemos muito da realidade.

Se o proprietário emprega vassallos ou camponeses livres, provavelmente ele os manterá um pouco melhor do que o faria com escravos, e isto, segundo o costume do lugar. Mas mesmo nesta suposição, o trabalho do lavrador livre deve corresponder em valor ao dobro do produto da terra necessária para o seu sustento. De todo modo, seria sempre mais vantajoso para o proprietário manter escravos do que camponeses livres, pois se tiver criado um número muito grande para as suas necessidades, ele poderá vender os trabalhadores excedentes, como faz com seu gado, e obter um preço proporcional às despesas que teve para criá-los até a idade viril ou do trabalho. Excetuam-se os casos de velhice e de doença.

O trabalho dos artesãos-escravos pode, do mesmo modo, ser estimado pelo dobro do produto da terra que eles consomem; o dos capatazes também, conforme as regalias e vantagens que recebem e que ficam muito acima do que se dá àqueles que trabalham sob seu comando.

Os lavradores ou artesãos, quando têm dupla parcela de terra à sua própria disposição, empregam, se são casados, uma parcela para sua própria manutenção, e a outra, para a de seus filhos.

Se são solteiros, eles guardarão uma pequena parte da sua dupla parcela de terra para poder estar em condições de casar, fazendo uma pequena reserva para as despesas da casa. Contudo, a grande maioria consumirá sua dupla parcela consigo mesmo.

O camponês casado, por exemplo, contentar-se-á com viver de pão, queijo, legumes etc.; raramente comerá carne; beberá pouco vi-

nho ou cerveja e não terá senão roupas velhas e más que ele usará pelo maior tempo possível; empregará o que sobra da sua parcela de terra para criar e manter seus filhos.

O camponês solteiro, ao contrário, comerá carne o mais freqüentemente possível, comprará roupas novas, etc. e, por conseguinte, gastará sua dupla parcela de terra consigo mesmo, com o quê, ele consumirá duas vezes mais produtos da terra com a sua pessoa do que o fará o camponês casado.

Não considero aqui as despesas da mulher; suponho que seu trabalho mal dá para seu próprio sustento e quando se vê o grande número de crianças num destes pobres lares, deve-se supor que algumas pessoas caridosas contribuem com alguma coisa para a sua subsistência, sem o quê, seria preciso que o marido e a mulher se privassem de uma parte do seu necessário para que seus filhos não morressem.

Para melhor compreender isto, é necessário saber que um camponês pobre pode manter-se, calculando por baixo, com o produto de um arpeno e meio de terra, alimentando-se de pão e legumes, usando roupas de cânhamo e tamancos, etc., enquanto que se ele fizer uso de vinho e carne, roupas de lã, etc., poderá despender, sem ser um bêbado nem um glutão, e sem nenhum excesso, o produto de quatro a dez arpentos de terra de qualidade média, como o são a maior parte das terras da Europa, tomando-se uma pela outra.

No *Suplemento* encontram-se cálculos que permitem constatar a quantidade de terra cujo produto um homem pode consumir anualmente, na forma de diferentes espécies de alimentação, vestuário e outras coisas necessárias à vida, segundo os padrões da Europa, onde os camponeses dos diferentes países se alimentam e se vestem de maneira bem diversa.

Por isso é que não determinei, em termos de valor, a quantidade de terra que corresponde ao trabalho do mais vil camponês ou lavrador quando disse que ele vale o dobro do produto da terra com que ele se mantém, pois, isto varia de acordo com as distintas maneiras de viver, nos diferentes países. Em algumas províncias meridionais da França, o camponês se mantém com o produto de um arpeno e meio de terra e o seu trabalho pode ser avaliado como equivalendo ao produto

de três arpentos. Mas, no Condado do Middlesex, o camponês despende, normalmente, o produto de cinco a oito arpentos e o seu trabalho pode, assim, ser avaliado como valendo o dobro.

Entre os iroqueses, que não lavram a terra e que vivem unicamente da caça, o mais vil caçador pode chegar a consumir o produto de cinquenta arpentos de terra, porquanto estes são os arpentos necessários para alimentar os animais que ele come durante o ano, sobretudo porque estes selvagens não se dão ao trabalho de derrubar a mata para fazer pastagens, deixando tudo por conta da natureza. Por conseguinte, podemos estimar o trabalho deste caçador como igual, em valor, ao produto de cem arpentos de terra.

Nas províncias meridionais da China a terra dá arroz até três vezes por ano e a semente rende, a cada vez, quase cem vezes, tudo isto devido ao enorme cuidado que se tem com a agricultura e pela boa qualidade da terra que não é deixada em pousio nunca. Os camponeses, que trabalham praticamente nus, não comem senão arroz e bebem apenas água de arroz. Ao que tudo indica um arpeno de terra sustenta mais de dez camponeses. Portanto, não chega a surpreender que a população da China seja tão numerosa. De todo modo, parece, por estes exemplos, que a natureza é absolutamente indiferente que as terras produzam pastagens, florestas ou cereais, e que ela sustente um grande ou um pequeno número de vegetais, animais ou homens.

Os arrendatários, na Europa, parecem corresponder aos capatazes de escravos-lavradores em outros países, e os mestres-artesãos, que comandam o trabalho de inúmeros companheiros, aos capatazes de escravos-artesãos.

Estes mestres-artesãos sabem aproximadamente quantos produtos um companheiro-artesão pode realizar, por dia, em cada ofício e lhes pagam, freqüentemente, nesta mesma proporção. Por isso, estes companheiros procuram, no seu próprio interesse, trabalhar o máximo possível, sem precisar ser controlados.

Como os arrendatários e mestres-artesãos, na Europa, são todos empresários, mas seu trabalho é aleatório, uns se enriquecem e ganham mais do que o dobro da subsistência enquanto outros arruinam-se e vão à bancarrota, o que explicarei particularmente quando tratar

dos empresários. Todavia, a grande maioria ganha sua subsistência, juntamente com sua família, dia-a-dia e o seu trabalho, pode ser avaliado como correspondendo aproximadamente ao triplo do produto da terra de que retiram seu sustento.

Claro está que se estes arrendatários e mestres-artesãos são capazes de dirigir o trabalho de dez lavradores ou companheiros, eles poderiam, igualmente, dirigir o trabalho de vinte. Tudo depende da dimensão dos terrenos que arrendaram, do número destes terrenos ou do tamanho da sua clientela, o que torna incerto o valor do seu trabalho ou inspeção.

Tais considerações, e tantas mais, do mesmo gênero, que poderiam ser feitas, demonstram que o valor do trabalho diário mantém uma dada relação com o produto da terra; demonstram que o valor intrínseco de uma coisa pode ser medido pela quantidade de terra que é empregada na sua produção e pela quantidade de terra com que se obtém o produto com que se paga àqueles que produziram esta mesma coisa. Como todas estas terras pertencem ao Príncipe e aos proprietários, todas as coisas que têm este valor intrínseco, só o têm às suas expensas.

O dinheiro, ou a moeda, que encontra na troca as proporções dos valores, é a medida mais certa para avaliar a paridade entre a terra e o trabalho, e a relação entre um e outro nos diferentes países onde esta paridade varia segundo a maior ou menor quantidade de produtos da terra que são atribuídos aos que trabalham.

Por exemplo, se um homem ganha uma onça de prata por dia pelo seu trabalho, e, se um outro, no mesmo lugar, ganha apenas meia onça, podemos afirmar que o primeiro tem duas vezes mais produtos da terra para despender do que o segundo.

Petty, num pequeno manuscrito de 1685, considera esta paridade – a equação terra-trabalho – como a questão mais importante da aritmética política. Todavia, a análise que ele faz é bizarra e distanciada das regras da natureza, porque ele se aferra aos efeitos e não atenta para as causas e princípios da questão. Locke e Davenant, do mesmo modo que todos os autores ingleses que escreveram sobre esta matéria, o imitaram.

CAPÍTULO XII

TODAS AS ORDENS E TODOS OS HOMENS DE UM ESTADO SUBSISTEM
OU ENRIQUECEM ÀS EXPENSAS DOS PROPRIETÁRIOS DE TERRA

O Príncipe e os proprietários de terra são os únicos que vivem independentes; todas as outras ordens e todos os habitantes são empresários ou empregados. Veremos isto mais detalhadamente no capítulo seguinte.

Se o Príncipe e os proprietários de terras cercassem suas propriedades e não quisessem deixar ninguém trabalhar nelas, é evidente que não haveria nem o que comer nem o que vestir para nenhum dos habitantes do Estado. Por conseguinte, não apenas todos os habitantes do Estado vivem do produto da terra que é cultivada por conta dos proprietários, mas, também, às expensas dos próprios proprietários, de cujos fundos os habitantes tiram tudo o que têm.

Os arrendatários ficam geralmente com dois terços do produto da terra, sendo que um terço vai para as despesas e a manutenção dos seus auxiliares e o outro constitui o lucro da sua empresa. Com estes dois terços o arrendatário dá condições de subsistência – direta ou indiretamente – a todos aqueles que vivem no campo e, também, a muitos artesãos ou empresários na cidade, dado que as mercadorias que estes produzem são consumidas no campo.

O proprietário fica, em geral, com um terço do produto da sua terra. Deste montante, ele retira a subsistência não apenas de todos os artesãos e demais trabalhadores que ele emprega na cidade, mas, freqüentemente, também, a dos carreteiros que transportam os gêneros do campo para a cidade.

Em geral se supõe que a metade dos habitantes de um país vive nas cidades e que a outra metade vive no campo. Sendo assim, o arrendatário que dispõe de dois terços, ou quatro sextos, do produto da terra, dá – direta ou indiretamente – um sexto aos habitantes da cidade, em troca das mercadorias que compra. Este montante, somado ao terço ou dois sextos que o proprietário despense na cidade, perfaz três

sextos ou a metade do produto da terra. Este cálculo serve apenas para dar uma idéia geral da proporção, pois, no fundo, se a metade dos habitantes vive na cidade, ela consome mais do que a metade do produto da terra, tendo em vista que os que vivem na cidade vivem melhor do que os do campo e consomem mais produtos da terra, porque sendo artesãos ou dependentes dos proprietários, eles são mais bem remunerados do que os auxiliares e dependentes dos arrendatários.

Como quer que examinemos os meios de que vivem os habitantes de um país, se remontarmos às suas origens verificaremos que estes meios emanam sempre dos fundos dos proprietários, seja dos dois terços do produto que cabe ao arrendatário, seja da terça parte que pertence ao proprietário.

Se um proprietário só tivesse as terras que ele entrega a um único arrendatário, certamente que este último viveria melhor do que ele. Contudo, os senhores e proprietários de grandes extensões de terras, que vivem nas cidades, têm, às vezes, várias centenas de arrendatários, muito embora eles constituam apenas uma minoria no conjunto da população de um país.

Certamente que é comum haver nas grandes cidades empresários e artesãos cuja subsistência depende do comércio exterior e que, por conseguinte, vivem às expensas dos proprietários de terras de outros países. Contudo, até agora, a fim de não perturbar a exposição com questões acidentais, estou considerando o país apenas em relação ao seu próprio produto e indústria.

As terras pertencem aos proprietários, mas elas se tornariam inúteis se não fossem cultivadas. Por outro lado, quanto mais se trabalha estas terras – mantidas todas as demais condições – mais gêneros elas rendem e, quanto mais se trabalha estes gêneros – mantidas, ainda, todas as demais condições – transformando-os em mercadorias, tanto maior é o seu valor. Por tudo isto é que os proprietários têm necessidade dos demais habitantes, do mesmo modo que estes têm necessidade dos proprietários. Mas, nesta ordem econômica cabe aos proprietários, a quem compete dispor e dirigir estes fundos, dar-lhes o caminho mais rentável.

Por isso, tudo depende, num país, principalmente dos caprichos e dos hábitos de vida dos proprietários de terra, como tentarei esclarecer mais adiante.

É a privação do necessário que leva a subsistir, num país, os arrendatários, todo tipo de artesãos, os mercadores, os oficiais, os soldados e marinheiros, os criados e todas as outras ordens que nele encontram ocupação. Toda esta gente que trabalha serve não apenas ao Príncipe e aos proprietários, mas prestam-se mutuamente serviços, de modo que há muitos que não trabalham diretamente para os proprietários de terra, o que faz com que pareça que eles não vivem dos seus fundos, ou seja, que não vivem às suas expensas. Quanto aos que exercem profissões que não são necessárias, como os dançarinos, os comediantes, os pintores e os músicos, estes são mantidos apenas para deleite e ornamento, mas seu número é sempre muito pequeno no conjunto da população.

CAPÍTULO XIII

A CIRCULAÇÃO E A TROCA DE GÊNEROS E MERCADORIAS,
ASSIM COMO SUA PRODUÇÃO, SÃO CONDUZIDAS
NA EUROPA POR EMPRESÁRIOS DE MODO FORTUITO

O arrendatário é um empresário que se compromete a pagar ao proprietário, pelo arrendamento da terra, uma soma fixa em dinheiro que, em geral, se supõe igual ao valor de um terço do produto da terra, sem, contudo, ter certeza do lucro que auferirá com a empresa. Ele usa parte desta terra para criar gado, produzir, a seu critério, vinho, cereais, feno, etc., sem, no entanto, poder prever qual destes produtos lhe renderá um preço melhor. O preço destes gêneros dependerá em parte das estações e, em parte, do consumo. Se houver excesso de trigo em relação ao consumo, seu preço será muito baixo; se houver escassez, o preço será alto. Quem pode prever o número de nascimentos e mortes

no decorrer do ano? Quem pode prever o aumento ou a redução dos gastos que pode sobrevir nas famílias? E, no entanto, o preço dos gêneros que o arrendatário vende depende naturalmente destes acontecimentos que ele não pode prever e, por conseguinte, é em meio a incertezas que ele leva a cabo o seu empreendimento.

É a cidade que consome mais da metade dos gêneros do arrendatário. Ele mesmo os leva para serem vendidos no mercado da cidade ou os vende no mercado do burgo mais próximo, ou, então, outros se erigem em empresários para efetuar este transporte. Estes últimos obrigam-se a pagar ao arrendatário um determinado preço por estes gêneros – o preço do dia – enquanto arriscam-se a só conseguir, na cidade, um preço incerto, o qual, no entretanto, tem que ressarcir-lhes das despesas do transporte, além de deixar-lhes um certo lucro pelo empreendimento. Não obstante, a variação diária dos preços dos gêneros na cidade, mesmo não sendo considerável, torna seu lucro incerto.

O empresário ou mercador que transporta os gêneros do campo para a cidade não pode permanecer aí até vendê-los no varejo. Nenhuma das famílias da cidade querará comprar de uma só vez os gêneros de que necessita. Tendo em vista que tanto o número de membros de cada família quanto o seu consumo podem aumentar ou diminuir ou, pelo menos, variar a espécie de gêneros que ela consome, as famílias, geralmente, só fazem provisões de vinho. De qualquer maneira, a grande maioria dos habitantes de uma cidade vive o dia-a-dia e, muito embora constitua o grosso dos consumidores, não tem os meios para fazer nenhuma espécie de provisão dos gêneros agrícolas.

Isto leva muitas pessoas, na cidade, a se converterem em mercadores ou empresários. Compram os produtos do campo dos que os trouxeram ou os encomendam por sua própria conta. Pagam por eles um preço certo, o do local da compra, para revendê-los, no atacado ou no varejo, por um preço incerto.

Estes empresários são os atacadistas da lã, dos cereais, os padeiros, açougueiros, manufactureiros, mercadores de toda espécie que compram os produtos do campo para elaborá-los e revendê-los à medida que deles têm necessidade os habitantes da cidade.

Estes empresários nunca conseguem saber que quantidade de produtos a cidade consumirá, nem por quanto tempo preservarão a clientela, já que os comerciantes rivais tentarão de todo modo atrair a sua freguesia. Tudo isto causa uma tal incerteza entre estes empresários que diariamente alguns vão à bancarrota.

O fabricante que comprou lã do mercador ou diretamente do arrendatário não pode saber que lucro obterá pelos tecidos e roupas que vendeu para o empresário que as comercializa. Se este não tiver um movimento razoável, não se incumbirá da venda destas roupas, sobretudo se elas tiverem saído de moda.

O comerciante de roupas é um empresário que compra tais produtos do fabricante a um preço certo para revendê-los por um preço incerto já que ele não pode prever qual será o consumo. É verdade que ele pode fixar um preço e obstinar-se a não vender o produto por menos. Mas se os seus fregueses o deixam para comprar mais barato com outro, ele se consumirá em gastos esperando vender pelo preço que se propôs e isto o arruinará tanto ou mais do que se ele tivesse vendido sem lucro.

Os pequenos lojistas e todo tipo de varejistas são empresários que compram os produtos por um preço certo e os revendem nas suas lojinhas ou nas praças públicas por um preço incerto. O que encoraja e mantém este tipo de empresário é o fato de que parte dos seus consumidores prefere pagar um pouco mais para ter à mão aquilo de que necessita, ao invés de ter que fazer provisões, tanto mais que a grande maioria da população é obrigada a comprar deles, pois não dispõe de recursos para fazer provisões e dispensar os intermediários.

Todos estes empresários tornam-se, reciprocamente, fregueses uns dos outros; o vendedor de tecidos, do vendedor de vinhos, este, do de tecidos; seu número torna-se proporcional ao dos consumidores. Se há muitos chapeleiros numa rua ou numa cidade para o número de pessoas que compram chapéus, os menos renomados irão à bancarrota. Se há muito poucos, esta será uma atividade lucrativa que encorajará novos chapeleiros a se estabelecerem. É assim, fortuitamente, que se estabelece uma proporção entre todas estas atividades.

Todos os outros empresários, tanto os que se encarregam das minas, dos espetáculos, das construções, etc., os negociantes de mar e de terra, etc., os padeiros, pasteleiros, donos de bares, etc., quanto aqueles que empresam seu próprio trabalho e que não têm meios para se estabelecerem, como os companheiros-artesãos, os caldeireiros, remendões, limpadores de chaminés, transportadores de água, todos vivem na mesma incerteza. Entre eles e a sua freguesia tende a se estabelecer uma proporção.

Os mestres-artesãos, como os sapateiros, alfaiates, marceneiros, cabeleireiros, etc., que empregam companheiros na proporção dos serviços que conseguem, vivem nesta mesma incerteza, porquanto sua clientela pode deixá-los da noite para o dia. Também os que empresam seu próprio trabalho nas artes e nas ciências, pintores, médicos, advogados, vivem a mesma incerteza. Se um procurador ou advogado ganha cinco mil libras esterlinas por ano, atendendo a seus clientes, e um outro ganha apenas quinhentas, pode-se considerar que ambos recebem honorários tão incertos quanto é incerto saber se serão ou não contratados.

Poder-se-ia talvez dizer que todos os empresários procuram, no seu trabalho, pilhar tudo que podem e enganar seus fregueses. Mas esta não é a minha questão.

Por todas estas considerações e por inúmeras outras que poderiam ser feitas numa matéria que tem por objeto todos os habitantes de um país, pode-se concluir que todos estes habitantes, exceto o Príncipe e os proprietários de terra, são dependentes; que eles podem ser divididos em duas classes, isto é, em empresários e os que vivem de salário; que os empresários vivem como se recebessem salário incerto e todos os demais como se recebessem salários certos, pelo menos durante o tempo em que os recebem, ainda que as suas funções e suas posições sociais sejam extremamente desproporcionais. O general que recebe um soldo, o cortesão que tem uma pensão, o criado que recebe um salário, incluem-se, todos, nesta mesma categoria. Todos os demais são empresários. Quer eles disponham de um fundo para movimentar sua empresa, quer sejam empresários apenas do seu próprio

trabalho, sem nenhum fundo, todos vivem na mesma incerteza. Até os mendigos e ladrões são empresários deste tipo. Enfim, todos os habitantes de um país retiram sua subsistência do fundo dos proprietários de terra, e todos são deles dependentes.

É verdade, no entanto, que se algum habitante dispõe de grandes rendas ou algum grande empresário poupou bens ou riquezas, isto é, se ele tem armazéns de trigo, de lã, cobre, ouro ou prata, ou qualquer outro gênero ou mercadoria de grande consumo no país e que possua um valor intrínseco ou real, ele poderá, a justo título, reivindicar uma independência proporcional aos fundos de que dispõe. Ele pode dispor destes fundos para adquirir uma hipoteca, uma renda sobre terras e sobre os fundos do Estado, desde que tais empréstimos tenham as terras por garantia. Ele pode, não apenas viver bem melhor do que os pequenos proprietários de terra, como pode, inclusive, comprar a propriedade de alguns deles.

Os produtos agrícolas e as mercadorias, inclusive o ouro e a prata, estão muito mais sujeitos a acidentes e perdas do que a propriedade das terras. Como quer que tenham sido adquiridos ou economizados, eles foram retirados do fundo dos proprietários atuais pelos ganhos ou pela economia nas despesas destinadas à subsistência.

O número de proprietários de dinheiro num grande país é freqüentemente bastante considerável. Ainda que o valor de todo o dinheiro que nele circula não exceda a nona ou décima parte do valor dos produtos que atualmente são tirados da terra, não obstante, como os proprietários de dinheiro emprestam grandes somas, pelas quais cobram juros, seja da hipoteca das terras, seja dos próprios gêneros e mercadorias, as somas de dinheiro que se fica a dever-lhes comumente excedem a todo o dinheiro real do Estado. Eles tornam-se freqüentemente um corpo tão considerável que poderiam disputar com os proprietários de terras se estes não fossem, igualmente, proprietários de dinheiro e se os proprietários de grandes somas de dinheiro não vivessem buscando tornar-se também proprietários de terras.

Continua, no entanto, sendo verdade que todas as somas que eles ganharam ou pouparam foram retiradas dos fundos dos proprietários

atuais. No entanto, como diariamente muitos deles se arruinam e os que adquirem a propriedade das suas terras ocupam os seus lugares, a independência que a propriedade de terras confere só diz respeito àquelles que conservam a posse delas.

Dado que todas as terras têm um dono ou proprietário efetivo, supponho que é do seu fundo que todos os habitantes do Estado retiram sua subsistência e suas riquezas. Se os proprietários se limitassem, todos, a viver apenas de suas rendas, é inegável que, neste caso, seria bem mais difícil para os demais habitantes enriquecerem-se às suas custas.

Fica, portanto, estabelecido como princípio que os proprietários de terra são os únicos naturalmente independentes e que todas as outras ordens são dependentes, quer sejam empresários, quer vivam do que recebem. Fica, ainda, estabelecido que toda troca e circulação num país são levadas a efeito por intermédio destes empresários.

CAPÍTULO XIV

OS CAPRICHOS E OS HÁBITOS DE VIDA DO PRÍNCIPE E,
SOBRETUDO, DOS PROPRIETÁRIOS DE TERRA, DETERMINAM
O USO QUE SE DÁ ÀS TERRAS DE UM PAÍS E PROVOCAM,
NO MERCADO, VARIAÇÕES NO PREÇO DE TODAS AS COISAS

Se é o próprio proprietário de uma grande extensão de terra (que aqui considero como a única existente no mundo) que a dirige, ele obedecerá a seus caprichos ao decidir como a usará.

1º Uma parte da terra ele terá, necessariamente, que empregar no cultivo de cereais para a subsistência de todos os lavradores, artesãos e capatazes que trabalham para ele. Uma outra porção da terra terá que destinar à alimentação dos bois, carneiros e demais animais necessários à alimentação e ao vestuário deles e às demais comodidades, dependendo da maneira como o proprietário quer mantê-los. 2º Ele destinará uma parcela da terra para parques, jardins e pomares ou vi-

nhas, se for esta sua inclinação, e prados para a criação de cavalos que servem ao seu deleite, etc.

Suponhamos, no entanto, que para evitar tantas preocupações e embaraços, o proprietário faça um acerto com os capatazes dos seus lavradores. Suponhamos que ele lhes arrende parcelas das suas terras; que lhes encarregue de manter todos os lavradores que até então estiveram sob a sua responsabilidade, de tal modo que estes capatazes – tornados, agora, arrendatários ou empresários – cedam aos lavradores, pelo seu trabalho na terra, um terço do produto desta, tanto para a sua alimentação quanto para o seu vestuário e demais necessidades, tal como ocorria quando era o proprietário que dirigia o trabalho.

Suponhamos, ainda, que o proprietário faça um acerto com os capatazes dos artesãos, acerca da quantidade de alimentos e demais benefícios que eles recebiam. Suponhamos que ele os faça tornar-se mestres-artesãos; que estabeleça uma medida comum – como o dinheiro – para fixar o preço pelo qual os arrendatários lhes entregarão a lã, e o preço pelo qual, por sua vez, os artesãos lhe fornecerão esta lã já tecida. É preciso que estes preços sejam regulamentados de maneira que os mestres-artesãos afixem as mesmas vantagens e regalias de que desfrutavam quando eram apenas capatazes e que os companheiros-artesãos recebam, eles também, o mesmo que antes. O trabalho dos companheiros-artesãos será pago a jornal ou por peça e as mercadorias que eles tiverem produzido, chapéus, meias, sapatos, roupas, etc., serão vendidas ao proprietário, aos arrendatários, aos lavradores e a outros artesãos, reciprocamente, e por um preço que garanta a todos as mesmas vantagens de que antes gozavam. Os arrendatários venderão, por sua vez, também a um preço proporcional, seus gêneros e matérias primas.

Ocorrerá, então, que os capatazes – agora empresários – se tornarão também os senhores absolutos dos que trabalham sob a sua direção. E como estes novos empresários trabalham agora por sua própria conta, fazem-no com uma dedicação muito maior.

Suponhamos, pois, que mesmo após todas estas mudanças os habitantes desta grande propriedade subsistem exatamente como antes. Por conseguinte, afirmo que todas as parcelas e arrendamentos desta

grande propriedade estão sendo usados do mesmo modo que anteriormente.

Pois, se alguns dos arrendatários plantarem – nas suas parcelas de terra – mais cereais do que o normal, eles só poderão alimentar um número menor de carneiros e haverá, portanto, menos lã e menos carne de carneiro para vender. Por consequência, haverá cereais em demasia e pouca lã para o consumo dos habitantes. A lã ficará cara, o que obrigará as pessoas a usar suas roupas por mais tempo do que comumente o fazem e haverá uma grande oferta de cereais, e um excedente para o ano seguinte.

Suponhamos que o proprietário houvesse estipulado, em dinheiro, o pagamento de um terço do produto do arrendamento que lhe é devido; dado que os arrendatários têm cereais em excesso e pouca lã, eles não terão condições de pagar a renda. Se forem perdoados, cuidarão de, no ano seguinte, ter menos trigo e mais lã já que os arrendatários procuram cultivar aqueles produtos que, eles acreditam, alcançarão os mais altos preços no mercado. Mas, se no ano seguinte, eles tiverem muita lã e poucos cereais para o consumo, eles continuarão a modificar de ano a ano o uso que dão às terras até conseguirem estabelecer uma proporção aproximada entre a sua produção e o consumo da população. Deste modo, um arrendatário que tenha quase alcançado esta proporção, destinará uma parcela das terras para pastagens, de modo a ter feno, uma outra para os cereais, para a lã e assim sucessivamente. Ele não alterará sua maneira de agir, a menos que haja uma variação considerável no consumo. Todavia, como no nosso exemplo, o suposto era que todos os habitantes continuavam a viver mais ou menos como viviam antes, quando era o próprio proprietário que valorizava suas terras, os arrendatários continuarão a dar às terras o mesmo uso que antes.

O proprietário, que tem um terço do produto da terra à sua disposição, é o ator principal das modificações que podem ocorrer no consumo. Os lavradores e artesãos, que ganham a vida dia a dia, só alteram seus hábitos de vida movidos pela necessidade. Os arrendatários, mestres-artesãos ou outros empresários que dispõem de meios para

alterar suas despesas e o seu consumo, sempre tomam os senhores e os proprietários de terra como modelo. Imitam sua maneira de vestir-se e de comer; imitam-nos na sua maneira de viver. Se os proprietários usam linho, sedas ou rendas, o consumo destas mercadorias será bem maior do que se os proprietários fossem os únicos responsáveis por este consumo.

Se um senhor ou proprietário que arrendou as suas terras é tomado pela fantasia e resolve mudar completamente sua maneira de viver; se, por exemplo, ele reduz o número de criados e aumenta o de cavalos, não apenas estes criados terão que deixar a referida terra, mas, um número proporcional de artesãos e lavradores cujo trabalho lhes propicia a subsistência, terão que fazer o mesmo. A porção de terra que era empregada para o sustento destes habitantes, será substituída por pastagens destinadas à criação de cavalos. Se todos os proprietários de terra de um país fizessem o mesmo, em breve eles teriam multiplicado o número de cavalos e diminuindo o de habitantes.

Se o proprietário dispensar um número muito grande de criados e aumentar o número de cavalos, o trigo será excessivo para o consumo dos habitantes e, por conseqüência, seu preço ficará muito baixo, enquanto o do feno se elevará. Isto fará com que os arrendatários aumentem a área de pastagens e reduzam as de trigo como forma de adequar-se ao consumo.

É assim, pois, que os caprichos ou hábitos de vida dos proprietários determinam o uso que se dá às terras e acarretam as variações do consumo que, por sua vez, provocam alterações nos preços de mercado. Se todos os proprietários de um país fossem, eles próprios, responsáveis pela direção de suas terras, eles só plantariam o que fosse do seu agrado; dado que as variações no consumo são causadas primordialmente pelas alterações nos seus hábitos de vida, os preços que eles pagam no mercado levam os arrendatários a fazer todo tipo de alteração no uso que dão às terras.

Por ora não estou levando em conta as variações dos preços de mercado decorrentes da abundância ou escassez de determinados anos, nem as que sobrevêm de um consumo extraordinário, provocado pela chegada de exércitos estrangeiros ou outro acidente qualquer. Para não

perturbar a análise, estou considerando o país apenas em seu estado natural e uniforme.

CAPÍTULO XV

O AUMENTO E A DIMINUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE UM PAÍS DEPENDEM PRINCIPALMENTE DA VONTADE E DOS HÁBITOS DOS PROPRIETÁRIOS DE TERRA

A experiência demonstra que é possível aumentar o número de árvores e de todas as outras espécies de vegetais e que é possível, também, manter aquela quantidade que a porção de terra para tanto destinada alimenta.

A mesma experiência permite-nos ver que é igualmente possível multiplicar todas as espécies de animais e sustentá-los na quantidade que a porção de terra a isto destinada pode alimentar. Haras, manadas de bois ou de carneiros, podem ser facilmente multiplicados, desde que a terra para tanto destinada seja suficiente para alimentá-los. As pastagens que servem a esta finalidade podem, inclusive, ser melhoradas, se forem irrigadas, cortadas com córregos e canais, como se faz na região de Milão. Havendo feno, os animais podem ser alimentados no próprio estábulo, o que permite que se crie um número muito maior do que quando eles ficam soltos. Pode-se, também, alimentar os carneiros com nabos – como se faz na Inglaterra – de modo que um arpeno de terra poderá alimentar muitos mais do que o faria se só desse capim.

Em suma, se se quiser, é possível aumentar, ao infinito, o número de toda e qualquer espécie de animais, desde que se possa contar com terras também ao infinito para poder alimentá-los.

O aumento do número de animais não terá outros limites além dos meios com que se conta para a sua subsistência. É indubitável que se todas as terras fossem empregadas apenas para alimentar os homens, a espécie humana multiplicar-se-ia até atingir aquele número que esta terra pudesse nutrir, como adiante se explicará.

Não há país onde se leve a multiplicação dos homens tão longe quanto a China. Na China, os pobres vivem exclusivamente de arroz e de água de arroz. Trabalham seminus e nas províncias meridionais fazem três abundantes colheitas de arroz por ano, tudo isto devido ao grande empenho com que se dedicam à agricultura. Lá, a terra nunca repousa e o que se semcia rende cem vezes mais. Os que têm roupa, usam-nas de algodão, que demanda tão pouca terra para sua produção que um arpeno produz o suficiente para vestir 500 adultos. Por um preceito religioso todos se casam e criam tantos filhos quantos podem alimentar. Consideram um crime ocupar terras com parques e jardins como se, com eles, se espoliasse os homens de sua alimentação. Transportam os viajantes em cadeirinhas e poupam o trabalho dos cavalos em tudo que pode ser feito pelos homens. Segundo os relatórios, são incrivelmente numerosos e, no entanto, são obrigados a deixar morrer muitos dos recém-nascidos, já que não dispõem de outros meios para criá-los a não ser conservando apenas as crianças que conseguem alimentar. Por meio de um trabalho rude e obstinado, retiram dos rios uma extraordinária quantidade de peixes e, da terra, tudo o que dela se pode tirar.

Não obstante, quando sobrevêm anos de escassez eles morrem de fome, aos milhares, malgrado os cuidados do Imperador que faz estoques de arroz para estas ocasiões. Assim, por mais numerosos que sejam os chineses, seu número é necessariamente proporcional aos meios de que dispõem para subsistir. Não ultrapassam o número que o país pode sustentar, mesmo considerando-se as condições da China em que um único arpeno de terra permite alimentar muitas pessoas.

Por outro lado, não há país em que o crescimento da população seja mais limitado do que entre os selvagens do interior da América. Eles não praticam a agricultura; vivem nas selvas e alimentam-se dos animais que caçam. Dado que as árvores consomem as substâncias da terra, há pouco pasto para a alimentação dos animais e como um índio come anualmente um bom número deles, cinquenta a cem arpentos de terra freqüentemente não são suficientes para alimentar um único índio.

Uma pequena aldeia destes índios terá uma extensão de quarenta léguas quadradas para a caça. Eles travam guerras regulares e cruéis por este território, com o que mantêm, sempre, a proporção entre o seu número e os meios com que contam para subsistir pela caça.

Os habitantes da Europa cultivam as terras e delas retiram os cereais para a sua subsistência. A lã dos carneiros que criam serve para o seu vestuário. O trigo é o cereal de que se alimenta a maioria, embora muitos camponeses façam seus pães com centeio e, no norte, com cevada e aveia. A subsistência dos camponeses e do povo não é a mesma em todos os países da Europa, onde as terras, freqüentemente, são, também, desigualmente férteis.

A maior parte das terras de Flandres e uma parte das da Lombardia, rendem – sem repouso – dezoito a vinte vezes o trigo semeado. Em Nápoles, o campo rende ainda mais. Há algumas terras na França, na Espanha, Inglaterra e na Alemanha, que rendem a mesma quantidade. Cícero nos informa que as terras da Sicília produziam, na sua época, dez vezes o que se semeava. Plínio, o Antigo, diz que as terras Leontinas, na Sicília, rendiam cem vezes o que se semeava, as da Babilônia, até cento e cinqüenta vezes, e, algumas terras da África rendiam ainda mais.

Atualmente, na Europa, as terras podem render, tomando-se uma pela outra, seis vezes o que é semeado, de modo que cinco vezes o que foi semeado fica para o consumo dos habitantes. Em geral, as terras permanecem em repouso no terceiro ano, tendo dado trigo no primeiro ano e cevada ou aveia, no segundo.

No *Suplemento* encontram-se os cálculos acerca da extensão de terra que é necessária para a subsistência de um homem, tendo em conta as diferentes suposições feitas com base nas diferentes maneiras de viver.

Ver-se-á, também, que um homem que vive de pão, alho e raízes, veste-se de cânhamo, usa tamancos, roupa branca grosseira e bebe apenas água, como é o caso de inúmeros camponeses das partes meridionais da França, pode subsistir com o produto de um arpeno e meio de terra, de qualidade média, que rende seis vezes o que é semeado e que fica em pousio a cada três anos.

Por outro lado, um homem adulto, que usa sapatos de couro, meias, roupas de lã, que vive numa casa, tem diversas mudas de roupa branca, tem cama, cadeiras, uma mesa e outras coisas necessárias, que bebe moderadamente cerveja ou vinho, que come carne todos os dias, manteiga, queijo, pão, legumes, etc., enfim, um homem que tem o suficiente, mas moderadamente, não requer para tudo isto mais do que o produto de quatro a cinco arpentos de terra de qualidade média. É verdade que nestes cálculos não se levou em conta nenhuma terra para a manutenção de outros cavalos além dos que são necessários para lavrar a terra e para transportar os gêneros a dez milhas de distância.

A história registra que, no princípio, os romanos mantinham suas famílias com o produto de dois jornais de terra, o que dá apenas um arpeno de Paris⁵ e 330 pés quadrados aproximadamente. Viviam quase nus, não faziam uso nem de vinho, nem de óleo; dormiam sobre a palha e praticamente não tinham nenhum conforto. Entretanto, como trabalhavam intensamente a terra – que é especialmente boa nos arredores de Roma – conseguiam colher muitos cereais e legumes.

Se os proprietários de terras desejassem muito o aumento da população, se eles encorajassem os camponeses a se casar cedo e a criar filhos, mediante a promessa de prover a sua subsistência destinando terras apenas para este fim, sem dúvida eles conseguiriam que os homens se multiplicassem até o ponto em que as terras pudessem mantê-los. Esta reprodução se faria de acordo com os produtos da terra que tivessem sido destinados à subsistência de cada um, quer seja os de um arpeno e meio ou os de quatro a cinco arpentos *per capita*.

Se, pelo contrário, o Príncipe e os proprietários empregam as terras para outros fins que não o sustento dos habitantes; se, pelo preço que se dispõem a pagar pelos gêneros e mercadorias, eles induzem também os arrendatários a destinar as terras para outros usos que não o sustento dos homens (pois, como vimos, é o preço que os proprietários oferecem no mercado e o seu consumo que determina o uso que

5 "O arpeno de Paris mede com varas de 18 pés de lado, ou seja, 34 ares 19." [Nota da Edição Francesa, p. 40]

se dará às terras, da mesma maneira que quando são os próprios proprietários que as dirigem), neste caso, o número de habitantes diminuirá necessariamente. Alguns, por não terem emprego, serão compelidos a deixar o país; outros, não vendo possibilidade de criar filhos, não se casarão ou só se casarão bem tarde, depois de terem conseguido fazer algumas reservas.

Se os proprietários de terra, que vivem no campo, se mudam para cidades distantes das suas terras, eles precisarão criar cavalos para transportar tanto a sua subsistência quanto a de todos os criados, artesãos e todos aqueles que, com eles, são atraídos para a cidade.

O transporte de vinhos de Borgonha para Paris freqüentemente custa mais do que o próprio vinho no local. Por conseguinte, emprega-se mais terra para a criação dos cavalos de tiro e para o sustento dos que deles se encarregam, do que aquela que é destinada à produção de vinhos e ao sustento daqueles que estão encarregados da sua produção.

Quanto mais cavalos houver num país menos subsistência haverá para os habitantes. A manutenção de cavalos de carruagem, de caça ou de montaria consome freqüentemente três a quatro arpentos de terra.

Quando os senhores e os proprietários de terra compram suas lãs, sedas e rendas em manufaturas estrangeiras, enviando para o exterior, como pagamento, gêneros do país, eles provocam uma extraordinária redução da subsistência dos habitantes e aumentam a dos estrangeiros, que muito freqüentemente vêm a se tornar inimigos deste país.

Se um proprietário ou senhor polonês, a quem seus arrendatários pagam anualmente uma renda igual, ou próxima, ao produto de um terço das suas terras, se compraz em usar lãs, roupa branca, etc., da Holanda, ele despenderá com estas mercadorias a metade da sua renda e empregará a outra metade, talvez, na compra de gêneros e mercadorias produzidos na própria Polónia, para a subsistência da sua família. Ora, em nossa suposição, a metade da sua renda corresponde à sexta parte do produto da sua terra. Esta sexta parte será levada pelos holandeses a quem os arrendatários poloneses a entregarão na forma de trigo, fios de lã, cânhamo e outros gêneros. Os poloneses ficam, assim, privados de uma sexta parte de suas terras e isto sem incluir a

terra necessária à criação dos cavalos de tiro, de carruagem e de montaria em função da vida que, na Polónia, levam os senhores.

Se, ademais, dos dois terços do produto das terras que cabem aos arrendatários, estes, a exemplo dos seus senhores, consomem mercadorias estrangeiras, também eles terão que pagar aos estrangeiros com gêneros da Polónia. Neste caso, um terço do produto das terras da Polónia deixará de prover a subsistência dos seus habitantes e – o que é ainda pior – dado que a maior parte foi mandada para o exterior, servirá para a manutenção dos inimigos da Polónia.

Se os proprietários de terra e os senhores na Polónia se dispusessem a consumir manufaturas de seu país, ainda que inicialmente estas não fossem das melhores, eles contribuiriam para que elas fossem sendo melhoradas e, com isto, dariam trabalho a um grande número de seus conterrâneos, ao invés de transferir esta vantagem aos estrangeiros. Se todos os países cuidassem igualmente para não serem logrados por outros no comércio, cada qual teria um poderio proporcional à sua produção e à indústria dos seus habitantes.

Se as senhoras de Paris se comprazem em usar rendas de Bruxelas, e, se a França paga estas rendas com vinho da Champagne, o produto de um único arpeno de linho será pago com o de dezesseis mil arpentos de vinhas, se é que não me enganei nos cálculos. A questão será melhor explicada adiante e os cálculos podem ser encontrados no *Suplemento*. Contentar-me-ei com observar, aqui, que se perde neste comércio uma grande parte do produto da terra destinado à subsistência dos franceses e que todos os gêneros que se envia para países estrangeiros, quando não se recebe em troca um produto igualmente considerável, tendem a reduzir o número de habitantes do país.

Quando afirmei que os proprietários de terra poderiam propiciar o crescimento da população até o número de habitantes que estas terras pudessem sustentar, supus que a maioria dos homens deseja se casar, desde que tenham meios para manter suas famílias nas mesmas condições em que antes se mantinham. Ou seja, se um homem se contenta com o produto de um arpeno e meio de terra, ele se casará,

desde que esteja certo de poder manter sua família mais ou menos da mesma maneira; no entanto, se ele só se contenta com o produto de cinco a dez arpentos, ele não se apressará a casar se não acreditar poder manter sua família mais ou menos do mesmo modo.

Na Europa, os filhos da nobreza são criados na abundância. Dado que, em geral, a maior parte dos bens é atribuída apenas aos primogênitos, os demais não se empenham em casar. A grande maioria permanece solteira, quer seja nos exércitos, quer nos claustros. No entanto, seria raro encontrar um que não estivesse disposto a casar-se, se lhe oferecessem heranças e fortunas, isto é, os meios para manter uma família no padrão a que estão habituados e sem o qual acreditariam tornar seus filhos infelizes.

Entre as classes inferiores também se encontram muitos homens que, por orgulho ou por razões semelhantes às da nobreza, preferem – ao invés de casarem-se – viver no celibato e despender consigo mesmo os poucos bens de que dispõem. A maior parte se casaria se pudessem dispor de meios para manter a família tal como desejam: acreditam que prejudicariam os filhos se os deixassem cair numa classe inferior à sua. Apenas um número muito reduzido de habitantes recusa o matrimônio por libertinagem. No mais, todas as classes inferiores desejam casar-se e criar filhos que possam viver como eles. Quando muitos lavradores e artesãos não se casam é porque eles estão esperando fazer algumas economias para poder constituir um lar, ou, então, porque estão esperando encontrar uma moça que disponha de um pequeno fundo para iniciarem a vida de casados. Eles vêem diariamente outros casais que, por não terem tomado tais precauções, casam e caem na mais espantosa miséria e são obrigados a sacrificar sua própria subsistência para poderem alimentar os filhos.

Segundo observações de Halley, feitas em Breslau, na Silésia, de todas as mulheres em condições de engravidar, dos dezesseis aos quarenta e cinco anos, apenas uma, em seis, fica efetivamente grávida todos os anos. Ainda de acordo com Halley, deveria haver pelo menos quatro ou seis que parissem todos os anos, sem contar as que podem ser estéreis ou as que podem abortar. O que impede que quatro moças,

em seis, engravidem todos os anos é que elas não conseguem se casar porque a tanto são desencorajadas e devido aos obstáculos com que se deparam. As jovens procuram não engravidar antes de se casarem. Elas só conseguem casar-se quando encontram um homem disposto a correr o risco. A imensa maioria dos habitantes de um país vive de salários ou são empresários. A maior parte são dependentes e vivem na incerteza, sem saber se conseguirão – pelo trabalho ou pelo empreendimento – lograr os meios que permitam a manutenção do lar nas bases em que desejam. Isto faz com que uma boa parte não se case ou só o faça tão tarde que, das seis moças, ou pelo menos quatro, que deveriam ter um filho todos os anos, apenas uma venha a se tornar efetivamente mãe.

Porém, se os proprietários de terra ajudassem a manter estes lares, não seria preciso mais do que uma geração para que o crescimento da população atingisse o limite dos meios de subsistência que a terra pode fornecer. As crianças não requerem tantos gêneros alimentícios quanto os adultos. Tanto uns quanto os outros podem sobreviver com uma quantidade maior ou menor de produtos da terra, dependendo do que consomem. Vimos que os povos do Norte, cujas terras rendem pouco, vivem de tal maneira com tão pouco que – como enxames – vieram a invadir e colonizar as terras do Sul, destruindo seus habitantes para se apropriarem das suas terras. Dependendo do modo como se vive, quatrocentas mil pessoas poderiam subsistir com a mesma quantidade de produtos agrícolas que, normalmente, mantém cem mil. Pode até ser que quem consome apenas o produto de um arpeno e meio de terra seja mais forte e mais valente do que quem consome o produto de cinco a dez arpentos.

Parece-me que tais observações são suficientes para demonstrar que o número de habitantes de uma nação depende dos meios com que contam para subsistir. Tendo em vista que estes meios de subsistência dependem do emprego que se dá às terras e, dado que tal ou qual uso delas depende, por sua vez, sobretudo, da vontade, do gosto e do estilo de vida dos proprietários de terra, fica claro que o crescimento ou diminuição da população depende principalmente deles.

O crescimento da população pode ser estendido ao máximo nos países em que os habitantes contentam-se em viver mais pobremente e em consumir menos produtos agrícolas. No entretanto, nos países em que os camponeses e lavradores estão acostumados a comer carne com muita freqüência, a beber vinho ou cerveja, etc., não seria possível sustentar tantos habitantes.

Petty e, posteriormente, Davenant, Inspetor de Alfândegas, na Inglaterra, parecem distanciar-se muito dos caminhos naturais, ao calcularem a propagação da espécie humana progressivamente desde Adão. Seus cálculos parecem ser puramente imaginários e dispostos aleatoriamente. Como poderiam eles, à base das observações que fizeram sobre a propagação real em certos cantões, explicar a razão da diminuição destas imensas populações que existiram outrora na Ásia, Egito, etc., e, inclusive, de alguns povos da Europa? Se há dezessete séculos havia, na Itália, vinte e seis milhões de habitantes e, hoje, este número está reduzido a seis milhões, no máximo, como é possível determinar, pelas projeções de Gregory King, que a Inglaterra, que hoje conta com cinco a seis milhões de habitantes terá, provavelmente, treze milhões nos próximos anos? Vê-se diariamente que o inglês consome muito mais produtos da terra do que o faziam seus pais. Ora, este é o verdadeiro motivo pelo qual a população é hoje menor do que era antes.

Os homens multiplicam-se como ratos num celeiro se contam com meios de subsistência ilimitados. Por isso é que os ingleses se tornarão, em três gerações, proporcionalmente mais numerosos nas colônias do que o seriam em trinta gerações, na Inglaterra. Isto porque, nas colônias, eles podem desbravar novas terras conquistadas aos selvagens.

Em todos os países e em todos os tempos, os homens travaram guerras pelas terras e pelos meios de subsistência. Quando as guerras destroem ou diminuem o número de habitantes de um país, selvagens e civilizados apressam-se em repovoá-lo em tempos de paz, sobretudo quando o Príncipe e os proprietários de terra estimulam-nos a fazê-lo.

Uma nação que tenha conquistado muitas províncias pode conseguir – pelos tributos que impõe aos povos vencidos – aumentar a subsistência de seus próprios súditos. Os romanos tiravam uma grande

parte da sua subsistência do Egito, da Sicília e da África e era isto que permitia que a Itália contasse, então, com tantos habitantes.

Uma nação que possua minas, onde haja manufaturas em que, para a confecção de produtos destinados ao mercado externo, não se requeiram muitos produtos da terra, obtém, na troca, um acréscimo de fundos para a subsistência de seus próprios súditos.

Os holandeses, em geral, trocam com os estrangeiros seu trabalho na navegação, na pesca e nas manufaturas por produtos agrícolas. Sem isto, a Holanda não poderia manter, com seus próprios recursos, nem a metade de seus habitantes. A Inglaterra traz do exterior quantidades consideráveis de madeira, cânhamo e outros produtos da terra, e ainda consome muito vinho, que ela paga com as suas minas e manufaturas, o que lhe permite poupar uma enorme quantidade de produtos da terra. Sem tais vantagens, os ingleses, tendo em vista o que despendem para a sua manutenção, não poderiam ser tão numerosos quanto o são. As minas de carvão permitem-lhes poupar muitos milhares de arpentos de terra que, sem elas, eles seriam obrigados a usar para produzir madeira.

De todo modo, todas estas vantagens são sutilezas e acidentes que só estou considerando aqui de passagem. A via natural e constante para aumentar a população de uma nação consiste em dar trabalho aos seus habitantes e em utilizar as terras para fazê-las produzir o seu sustento.

Outra questão que não me cabe tratar é saber se é preferível um grande número de habitantes pobres e mal alimentados ou um número menor de habitantes, muito mais bem providos; um milhão de habitantes que consomem o produto de seis arpentos *per capita*, ou quatro milhões que vivem do produto de um arpeno e meio.

CAPÍTULO XVI

QUANTO MAIS TRABALHO HOVER NUMA NAÇÃO,
MAIS ESTA NAÇÃO É CONSIDERADA NATURALMENTE RICA

Por um longo cálculo feito no *Suplemento*, é fácil ver que o trabalho de vinte e cinco pessoas adultas basta para fornecer a cem outras, também adultas, todas as coisas necessárias à vida, de acordo com os padrões de consumo da Europa. É verdade que para efeito destes cálculos considero uma alimentação, vestuário e habitação grosseiros e pouco trabalhados, embora na Europa haja abundância e bem-estar.

Pode-se presumir que um terço dos habitantes de um país são muito jovens ou muito velhos para o trabalho diário. Uma sexta parte da população compõe-se de proprietários de terra, de doentes e de diferentes espécies de empresários que absolutamente não contribuem, com o trabalho de suas próprias mãos, para a satisfação das diversas necessidades humanas. Já aí temos a metade da população que não trabalha, ou pelo menos, não trabalha neste sentido. Assim, se vinte e cinco pessoas fazem todo o trabalho necessário para o sustento de cem outras, restarão vinte e cinco pessoas, em cem, que estarão em condições de trabalhar, mas não têm nada para fazer.

Os militares e os criados das famílias abastadas representam uma parte destas vinte e cinco pessoas. Se todos os demais forem empregados para — com um trabalho adicional — tornar mais requintadas as coisas necessárias à vida, como, por exemplo, tornar mais fino o linho ou mais fina a lã, a nação será considerada tanto mais rica quanto maior for este trabalho adicional, mesmo que ele não aumente em nada a quantidade de coisas necessárias à subsistência dos homens.

O trabalho requinta o gosto da comida e da bebida. Um garfo e uma faca bem trabalhados são muito mais apreciados do que talheres grosseiros e mal feitos. O mesmo se pode dizer de uma casa, uma cama, uma mesa, enfim, de tudo que é necessário ao conforto.

Contudo, dado que desta espécie de riqueza nada fica para a nação, é absolutamente indiferente que se use, no país, tecidos de lã

grossa ou fina, se ambos são igualmente duráveis; que se coma grosseiramente ou com todo requinte, desde que haja alimentação e vestuário suficiente. Bem ou mal preparada, a comida, a bebida, a roupa, etc., são igualmente consumidas e, por isso, para a nação é indiferente que seja consumida assim ou assado.

É bom que se diga, porém, que os países em que se usa boas roupas, em que a comida é requintada, etc., são mais ricos e muito mais considerados do que aqueles em que tudo isto é grosseiro. Da mesma maneira, são dignos de mais apreço os países em que a proporção dos habitantes que levam uma vida requintada é maior do que a dos que vivem rudemente.

Mas, se as vinte e cinco pessoas, das cem a que já nos referimos, forem empregadas para produzir coisas duráveis, como extrair ferro das minas, chumbo, estanho, cobre, etc., e com eles fazer ferramentas e instrumentos para o conforto dos homens, como vasos, baixelas e várias outras utilidades que duram bem mais do que as feitas com barro, este país não apenas parecerá mais rico como o será de fato.

Este país será tanto mais rico se empregar estes habitantes para extrair do seio da terra ouro e prata, que são metais não apenas duráveis, mas, por assim dizer, permanentes, a que o próprio fogo não poderia consumir. Metais esses que, em geral, são considerados medida dos valores e que podem eternamente ser trocados por tudo que é necessário à vida. E se estes habitantes se esforçam para atrair o ouro e a prata para o seu próprio país, em troca das manufaturas e dos produtos que eles produzem e que são mandados para os países estrangeiros, seu trabalho será igualmente útil e beneficiará realmente o país.

Pois, a questão que parece determinar a grandeza comparativa das nações, são as suas reservas que ultrapassam o consumo anual — como os depósitos de lã, linho, trigo, etc. —, para ser usadas em anos de escassez, em casos de necessidade ou de guerra. Dado, porém, que o ouro e a prata podem sempre comprar tudo isto até dos inimigos, a verdadeira reserva de uma nação é o ouro e a prata, porquanto é a sua maior ou menor quantidade que atualmente determina necessariamente a grandeza comparativa dos Reinos e dos Estados.

Se habitualmente se importa do exterior ouro e prata por meio da exportação de gêneros e de produtos nacionais – trigo, vinhos, lãs, etc. – tal prática enriquecerá a nação em detrimento do crescimento da população. Mas, se se importa ouro e prata em troca do trabalho de seus habitantes, em manufaturas ou em obras em que entram poucos produtos agrícolas, isto enriquecerá a nação de modo útil e essencial. É verdade que numa grande nação não se poderia empregar as vinte e cinco pessoas, das cem a que já nos referimos, na confecção de produtos que pudessem ser consumidos no exterior. Um milhão de homens fabricarão mais tecidos, por exemplo, do que o que poderia ser consumido em um ano em todas as nações comerciantes. Isto porque o grosso dos habitantes de cada país se veste com produtos nacionais. Raramente, portanto, se poderia encontrar um país em que houvesse cem mil pessoas empregadas em confeccionar roupas para o exterior. Esta questão pode ser melhor vista no *Suplemento*, onde se levou em conta a Inglaterra que, de todas as nações da Europa, é a que mais fornece tecidos para o exterior.

Para que se torne considerável o consumo no exterior das manufaturas de uma determinada nação, é imprescindível que um grande consumo interno as consagre como boas e estimáveis; é preciso, também, depreciar todos os manufaturados estrangeiros, para se dar muito emprego aos habitantes do próprio país.

Se não houvesse emprego suficiente para ocupar as vinte e cinco pessoas, das cem, em coisas úteis e vantajosas para a nação, não vejo inconveniente em que se estimulasse o trabalho que serve apenas para o deleite. Uma nação não é considerada menos rica pelas mil bugigangas destinadas aos adornos das senhoras – e também dos homens – do que pelos produtos que são úteis e cómodos. Diz-se que Diógenes, por ocasião do cerco de Corinto, se pôs a rolar seu tonel a fim de não parecer ocioso enquanto todo mundo estava ocupado. E hoje nós temos sociedades inteiras, tanto de homens quanto de mulheres, que se dedicam a trabalhos e exercícios tão inúteis quanto o de Diógenes. Mesmo que o trabalho de um homem pouco contribua para o embelezamento e o entretenimento de uma nação, ele deve ser esti-

mulado, a menos, é claro, que este homem encontre meios de se ocupar em algo útil.

É o estilo de vida dos proprietários de terra que encoraja ou desencoraja as diferentes ocupações dos habitantes e seus distintos gêneros de trabalho.

O exemplo do Príncipe – a quem a Corte segue – é capaz de chegar a determinar o estilo e o gosto dos outros proprietários de terra. Por sua vez, o exemplo destes influencia todas as ordens subalternas. Portanto, não há dúvida que o Príncipe pode – apenas pelo exemplo e sem coerção de espécie alguma – dar ao trabalho dos seus súditos a feição que lhe aprouver.

Se cada proprietário não tivesse mais do que uma pequena porção de terra, porção semelhante a que, em geral, se entrega a um único arrendatário, praticamente não haveria cidades. A população seria muito mais numerosa e a nação muito mais rica se cada um destes proprietários empregasse os habitantes que sua terra mantém em algum trabalho útil.

Não obstante, quando os senhores possuem grandes extensões de terra, eles propiciam, necessariamente, o luxo e o ócio. Que um abade, à frente de cinquenta monges, viva do produto de muitas belas terras, ou que um senhor, que tenha cinquenta criados e cavalos, que cria apenas para o seu serviço, viva das suas terras, tudo isto seria indiferente para o país se ele pudesse conservar uma paz constante.

Todavia, um senhor com seu séquito e seus cavalos é útil ao país em tempos de guerra. Ele pode também ser útil como magistrado e para manter a ordem em tempos de paz. Em ambos os casos ele constitui um belo ornamento para o país. Os monges, em contrapartida, não têm a menor utilidade – nem na paz nem na guerra – nem constituem, fora do paraíso, um belo ornamento.

Os conventos das ordens mendicantes são ainda mais prejudiciais à nação do que os monges rentistas. O único mal que estes últimos fazem consiste em ocupar terras que proveriam o país de oficiais e magistrados. Enquanto que os mendicantes, além de não realizarem nenhum trabalho útil, freqüentemente interrompem e atrapalham o

trabalho dos outros habitantes. Usurpam dos pobres, em esmolas, a subsistência que lhes daria forças para prosseguir trabalhando. Fazem com que percam muito tempo em conversas inúteis, isto sem falar dos que fazem intrigas com as famílias e dos que são viciosos. A experiência demonstra que os Estados que abraçaram o protestantismo e que não têm nem monges, nem mendicantes, tornaram-se muito mais poderosos. Eles gozam, ainda, da vantagem de ter suprimido um grande número de festas religiosas que são comemoradas nos países católicos romanos e que reduzem o trabalho dos habitantes em quase uma oitava parte do ano.

Parece-me que a nação só tem a ganhar se reduzir o número de mendicantes recolhendo-os aos mosteiros à medida em que neles houverem vagas, em casos de morte. Não se deveria proibir a reclusão àqueles que não pudessem dar provas das suas habilidades nas ciências especulativas, mas que são capazes de desenvolver as artes práticas, ou seja, certas partes da matemática. De acordo com o que foi dito no capítulo precedente, conclui-se que o celibato dos membros da Igreja não é tão desvantajoso quanto se crê vulgarmente: a sua ociosidade é que é nociva.

CAPÍTULO XVII

DOS METAIS E DAS MOEDAS, PARTICULARMENTE O OURO E A PRATA

A terra pode produzir mais ou menos trigo, dependendo da sua fertilidade e do trabalho que se investe nela. Da mesma maneira, as minas de ferro, chumbo, estanho, ouro, prata, etc., produzem uma maior ou menor quantidade destes metais, dependendo da riqueza destas minas e da quantidade e qualidade do trabalho que se leva a efeito, seja para escavar a terra, para fazer escoar as águas, para fundir e afinar os metais, etc.. O trabalho nas minas de prata é caro devido a mortalidade que provoca, tendo em vista que ninguém resiste mais do que cinco ou seis anos neste tipo de trabalho.

O valor real ou intrínseco dos metais – como o de todas as outras coisas – é proporcional à terra e ao trabalho necessários à sua produção. O que se despende em terra neste tipo de produção não tem que ser levado em consideração senão na medida em que o proprietário da mina puder obter um lucro com o trabalho dos mineiros, quando os veios que nela se encontram são mais ricos do que o comum. A terra necessária para o sustento dos mineiros e dos trabalhadores, isto é, o trabalho da mina, constitui freqüentemente a despesa principal e é freqüentemente a causa do fracasso do empresário.

O valor dos metais no mercado, assim como o de todas as outras mercadorias e gêneros, oscila tanto para cima quanto para baixo do seu valor intrínseco e, dependendo do consumo, varia na proporção da sua abundância ou escassez.

Se todos os proprietários de terra e todas as demais ordens subalternas que vivem a imitá-los se recusassem a usar estanho e cobre supondo – ainda que equivocadamente – que estes metais são prejudiciais à saúde, e se eles passassem a servir-se universalmente de baixelas e utensílios de barro, estes metais passariam a custar tão barato nos mercados que provocaria uma redução na sua extração. Mas, como estes metais são considerados úteis e como são usados em muitas coisas, eles continuarão sempre a ter, no mercado, um valor correspondente à sua abundância ou escassez e correspondente ao seu consumo. Eles continuarão, portanto, a ser extraídos das minas para repor a quantidade gasta com o uso diário.

O ferro não é apenas útil para a vida cotidiana. Poder-se-ia, inclusive, dizer que ele é indispensável. Se os americanos, que não o utilizavam antes da descoberta do seu Continente, tivessem descoberto suas minas e a sua utilidade, não há a menor dúvida que teriam trabalhado para produzir este metal, custasse ele o que custasse.

O ouro e a prata podem servir não apenas para os mesmos usos que o estanho e o cobre, mas, ainda, para substituir, em quase todos os usos, o chumbo e o ferro. Eles têm, sobre todos os outros metais, a vantagem de que o fogo não os consome e são tão duráveis que podem ser considerados eternos. Não causa, portanto, surpresa, que os ho-

mens, tendo embora conhecido a utilidade de outros metais, tenham conferido tanto valor ao ouro e a prata, antes mesmo de os terem utilizado na troca. Desde a fundação de Roma que eles eram apreciados, ainda que os romanos só os tenham utilizado como moeda quinhentos anos depois. É bem possível que todas as outras nações tenham feito o mesmo, só se servindo destes metais como moeda muito tempo depois de os terem utilizado das mais diferentes maneiras. Entretanto, segundo os mais antigos historiadores, desde tempos imemoriais que se usa o ouro e a prata como moeda no Egito e na Ásia. Segundo o Gênese, cunha-se moedas de prata desde os tempos de Abraão.

Suponhamos, agora, que a prata tenha sido encontrada, pela primeira vez, numa mina do monte Nifates, na Mesopotâmia. É natural que se acredite que um – ou muitos – proprietários de terra, achando belo e útil este metal, dele fizeram uso. Passaram, então, a encorajar os mineiros e empresários a extraí-lo em maior quantidade, oferecendo-lhes, em troca do seu trabalho e do de seus auxiliares, os produtos da terra requeridos para a sua subsistência. Este metal tornava-se cada vez mais estimado na Mesopotâmia e se os grande proprietários compravam belas jarras de prata, as ordens subalternas – de acordo com suas posses e economias – compravam, ao menos, taças. O empresário da mina vendo que sua mercadoria se vende bem, confere-lhe um valor proporcional à sua qualidade ou ao seu peso frente aos demais gêneros e mercadorias que ele recebia em troca. Enquanto todos consideravam este metal como uma coisa preciosa e durável e esforçavam-se para conseguir algumas peças dele, o empresário, que era o único que as podia fornecer, sentia-se a cavaleiro para exigir em troca da prata uma quantidade arbitrária dos outros gêneros e mercadorias.

Suponhamos, ainda, que se tenha descoberto para além do rio Tigre – por conseguinte, fora da Mesopotâmia – uma nova mina de prata cujos veios são incomparavelmente mais ricos e abundantes do que os do monte Nifates, e que o trabalho requerido por esta nova mina – de onde as águas escoam facilmente – seja muito menor do que o exigido pela primeira.

É natural que o empresário desta nova mina esteja em condições de fornecer a prata por um preço bem menor do que o do monte Nifates.

É natural, também, que os habitantes da Mesopotâmia que quisessem comprar objetos de prata preferissem, ao invés de trocar suas mercadorias com o antigo empresário, transportá-las para fora do país e dá-las ao empresário da nova mina em troca deste metal.

Diante da redução do número de compradores, o antigo empresário teria necessariamente que diminuir o seu preço. Mas se o novo empresário continuasse também a reduzir, proporcionalmente, o seu, o antigo empresário seria obrigado a abandonar a produção. Neste caso, o preço da prata, frente às outras mercadorias e gêneros, se regularia necessariamente pelas condições da sua produção na nova mina. Por conseguinte, a prata custaria menos para os habitantes que vivem para além do Tigre do que para os da Mesopotâmia, porquanto estes, para poderem adquiri-la teriam que arcar com as despesas de um longo transporte dos seus gêneros e mercadorias.

É fácil imaginar que a partir do momento em que foram descobertas inúmeras minas de prata e os proprietários de terras tomaram o gosto por este metal, eles foram imitados pelas outras ordens. Qualquer pedaço de prata, mesmo sem nenhum trabalho, era disputado porquanto nada mais fácil do que transformá-lo no objeto que se queria desde que, evidentemente, tal objeto fosse proporcional à quantidade e ao peso do metal de que se dispunha.

Dado que a prata era estimada em, pelo menos, o valor que custava produzi-la, algumas pessoas que a possuíam, premidas por qualquer necessidade, podiam penhorá-la em troca das coisas que estavam precisando e, inclusive, vendê-la depois. Daí adveio o hábito de regular o valor da prata, para poder trocá-la pelos demais gêneros e mercadorias, a partir da sua quantidade, isto é, segundo seu peso.

No entanto, dado que é possível fazer a liga da prata com ferro, chumbo, estanho, cobre, etc., todos eles metais menos raros e extraídos das minas com custos menores, a troca com prata ficava sujeita a muitos logros. Isto levou a que em muitos reinos fossem fundadas Casas da Moeda que certificavam a verdadeira quantidade de prata que havia em cada peça e forneciam aos particulares que lhes traziam barras ou lingotes de prata esta mesma quantidade de prata em moedas que

traziam um sinete certificando a verdadeira quantidade de prata que continham.

Os custos destes certificados ou cunhagens são às vezes pagos pelo público ou pelo Príncipe, método antigamente adotado em Roma e que é usado, hoje, na Inglaterra. Outras vezes, no entanto, como é costume na França, é o próprio portador da prata que arca com a despesa.

Quase nunca se encontra prata pura nas minas. Os antigos, inclusive, ignoravam a arte de purificá-la. Eles cunhavam suas moedas com prata sem nenhuma mistura na liga, mas as moedas que nos restaram dos gregos, romanos, judeus e asiáticos, atestam que eles não sabiam refinar a prata ao último grau de pureza. Hoje se conhece o segredo deste refinamento. Não é meu objetivo tratar dos distintos métodos de purificação da prata. Muitos já trataram do tema, Boizard, entre outros. Observarei, apenas, que o refino da prata requer grandes gastos, razão pela qual se prefere uma onça de prata pura, por exemplo, a duas de prata que contenham uma metade de cobre ou qualquer outra liga. Demanda muito trabalho desfazer esta liga para extrair uma onça de prata real que está contida nestas duas onças, enquanto que uma simples fusão permite ligar a prata com qualquer outro metal, na proporção que se quiser. Se às vezes se liga cobre com prata pura é apenas para torná-la mais maleável e mais própria para a confecção de certos objetos. Mas no momento de avaliar a prata, nem o cobre nem a liga contam, já que só se considera a quantidade de prata real e verdadeira. Por isso é que sempre se faz um exame para determinar qual é esta quantidade de prata verdadeira.

Este exame consiste no refino de um pequeno pedaço, por exemplo, da barra que se quer avaliar para saber quanto de prata pura ela contém. A barra é avaliada por este pequeno pedaço. Corta-se um pequeno pedaço da barra, de doze grãos, por exemplo, que é pesado em balanças tão precisas que basta a milésima parte de uma grão para fazê-las oscilar. A seguir, ele é depurado com água-forte ou fogo, que separa o cobre. Quando a prata já está pura torna-se a pesá-la na mesma balança e se o peso for então de onze grãos, ao invés dos doze anteriores, o examinador declara que a barra tem, de pureza final, onze grãos, o que significa que ela contém onze partes de prata verdadeira e

um doze avos de cobre ou liga. Este processo – que não tem nenhum mistério – é muito fácil de ser entendido por quem tiver curiosidade de assistir a estes refinamentos.

O exame do ouro é feito da mesma maneira que o da prata. A diferença é que, como o ouro é mais precioso, seus graus de pureza são divididos em vinte e quatro partes – chamadas quilates – e não em doze, como os da prata, chamados denários. Os quilates do ouro dividem-se em trinta e duas partes, enquanto que os graus de pureza da prata só se dividem em vinte e quatro grãos cada um.

O uso conferiu ao ouro e à prata a designação de valor intrínseco para com ele expressar e assinalar a quantidade de ouro ou prata verdadeira que a barra destes metais contém. Neste *Ensaio*, no entanto, me servi sempre do termo valor intrínseco para fixar a quantidade de terra e de trabalho que entra na produção das coisas, pois não encontrei nenhum termo que fosse mais próprio para exprimir meu pensamento. De resto, faço esta advertência apenas para evitar equívocos pois, desde que não se trate de ouro e prata, o termo é perfeitamente válido.

Vimos que os metais, o ouro, a prata, o ferro, etc., servem para muitos usos e que eles têm um valor real que é proporcional à terra e ao trabalho que entram na sua produção. Veremos, na segunda parte deste *Ensaio*, que os homens foram compelidos pela necessidade a se servir de uma medida comum, para encontrar – na troca – a proporção e o valor dos gêneros e mercadorias que eles queriam trocar. Trata-se de saber qual o gênero ou mercadoria é mais própria para ser esta medida comum; e de saber se foi a necessidade – e não o gosto – que conferiu esta preferência ao ouro, à prata e ao cobre, até hoje usados para este fim.

Os gêneros alimentícios – os cereais, o vinho, a carne, etc. – têm um valor real e prestam-se a distintos usos. Mas todos eles são perecíveis e difíceis de serem transportados. Por conseguinte, são pouco apropriados para servir de medida comum. As mercadorias – os tecidos, a roupa branca, couros, etc. – também são perecíveis e não podem se subdividir sem, de algum modo, modificar seu valor para o uso que os

homens fazem delas. Tal como os comestíveis, as mercadorias requerem grandes despesas para serem transportadas, bem como para serem armazenadas. Por conseguinte, são pouco próprias para servir de medida comum.

Os diamantes – e outras pedras preciosas – mesmo que não tivessem valor intrínseco e fossem estimadas apenas pelo gosto, pareceriam apropriadas para servir de medida comum se não fossem passíveis de imitação e pudessem se subdividir sem se depreciarem. Mas com estas limitações, que se somam ao fato de elas não serem próprias para nenhuma utilidade, as pedras preciosas não podem servir como medida comum.

O ferro, metal tão útil e tão durável, serviria bem se não houvesse outros mais apropriados. O ferro é consumível pelo fogo e é encontrado em grande quantidade. Foi usado como moeda desde Licurgo até a guerra do Peloponeso, mas, como o seu valor era necessariamente regulado pelo intrínseco ou proporcionalmente à terra e ao trabalho que entravam na sua produção, era preciso uma grande quantidade para que se obtivesse um pequeno valor. O que havia de mais bizarro é que se corrompia a sua qualidade – com vinagre – para torná-lo imprestável para qualquer outro uso que não o da troca. Desta maneira, ele só podia servir mesmo a um povo tão austero quanto o espartano, e nem a eles quando entraram em contato com outros povos. Para arruinar os laacedemônios não seria preciso mais do que encontrar ricas minas de ferro, cunhar uma moeda semelhante a deles, e tirar-lhes – pela troca – seus viveres e mercadorias, ao passo que eles, com a sua moeda de ferro corrompido, não conseguiriam trocar nada com o exterior. Por isso mesmo, eles não se dedicavam ao comércio exterior, consagrando-se exclusivamente à guerra.

O chumbo e o estanho apresentam a mesma desvantagem do ferro quanto ao volume, além de também serem perecíveis no fogo. Contudo, em caso de necessidade, eles poderiam até servir para a troca se, para tal, o cobre não fosse mais apropriado e mais durável.

O cobre serviu de moeda para os romanos com exclusividade até o ano de 484 da fundação de Roma. Na Suécia, ainda hoje, ele é muito

usado nos grandes pagamentos. Entretanto, dado o seu grande volume, mesmo os succos preferem o ouro e a prata quando se trata de receber somas consideráveis.

Nas Colônias da América usa-se o tabaco, o açúcar e o cacau como moeda. Contudo estas mercadorias ocupam um grande volume, são perecíveis e desiguais quanto às suas qualidades. Isto as torna pouco próprias para servir de dinheiro ou de medida comum dos valores.

Apenas o ouro e a prata ocupam um pequeno volume, são iguais quanto à qualidade, são fáceis de transportar, podem subdividir-se sem alterar-se, são cômodos para guardar, belos e brilhantes nos objetos que se faz com eles e duram quase à eternidade. Todos os que se utilizaram de outras coisas como moeda, voltam necessariamente para o ouro e a prata, com a condição, evidentemente, que possam obtê-los em quantidade suficiente para a troca.

O ouro e a prata só são incômodos nas trocas muito pequenas. As moedas de ouro e prata, para corresponderem a valores tão baixos quanto o de um *liard* ou um *denário*, por exemplo, teriam que ser tão pequenas que seria difícil manejá-las. Conta-se que os chineses, nestes casos, cortavam com o cinzel, de pequenas moedas de prata, diminutas lâminas que depois pesavam. Mas quando começaram a comerciar com a Europa passaram a usar cobre para estas ocasiões.

Não chega a surpreender que todas as nações tenham adotado o ouro e a prata como dinheiro ou como medida comum dos valores, e o cobre para as pequenas trocas. Foram a utilidade e a necessidade que determinaram esta adoção e não o gosto ou o consentimento.

A prata não apenas demanda muito trabalho para ser produzida como este trabalho é muito caro. O que torna tão caro o trabalho dos mineiros da prata é a mortalidade, que é tão grande que os mineiros não resistem, neste trabalho, mais do que cinco ou seis anos, de modo que uma pequena moeda de prata corresponde a tanta terra e trabalho quanto uma grande moeda de cobre.

O dinheiro, ou a medida comum dos valores, tem que corresponder, real e intrinsecamente, em preço de terra e de trabalho, às coisas pelas quais se troca. Caso contrário, o dinheiro teria apenas um valor imaginário. Por exemplo, se um Príncipe ou uma República adotassem como

moeda algo que não tivesse valor real nem intrínseco, não apenas os outros Estados não a aceitariam, como os seus próprios súditos a recusariam, ao se darem conta de que tal moeda não tem nenhum valor real. Quando os romanos, em fins da Primeira Guerra Púnica, quiseram dar ao asse de cobre, que pesava duas onças, o mesmo valor que o asse tivera outrora, quando pesava uma libra ou doze onças, evidentemente não puderam manter as trocas por muito tempo.

A história de todos os tempos demonstrou que sempre que os príncipes desvalorizaram suas moedas conservando, porém, o mesmo valor numérico, todas as mercadorias e víveres encareciam na mesma proporção em que as moedas haviam sido desvalorizadas.

Segundo Locke foi o consentimento dos homens que conferiu valor ao ouro e à prata, do que ninguém pode duvidar já que a necessidade absoluta não teve, neste caso, nenhum papel. Foi este mesmo consentimento que conferiu – e continua a conferir todos os dias – valor à renda, à roupa branca, aos tecidos finos, ao cobre e aos outros metais. Para falar em termos absolutos, os homens poderiam perfeitamente viver sem estas coisas, mas daí não se deve concluir que elas só tenham valor imaginário. Ao contrário, elas têm um valor, valor este proporcional à terra e ao trabalho que entram na sua produção.

O ouro e a prata, como todas as demais mercadorias e gêneros alimentícios, só podem ser obtidos com custos mais ou menos proporcionais ao valor que eles passam a ter. O que quer que os homens produzam pelo trabalho, este trabalho tem necessariamente que mantê-los. Este é o grande princípio que está na boca de toda gente, inclusive da arraia-miúda que nem de longe entra nestas nossas especulações, preocupada, apenas, com suas ocupações: *Todo mundo tem que viver.*

CAPÍTULO 10

SEGUNDA PARTE

CAPÍTULO I

DA TROCA

Procurei demonstrar, na primeira parte, que o valor real de todas as coisas para uso dos homens é proporcional à quantidade de terra empregada na sua produção e para manter os que trabalharam na sua confecção.

Depois de ter feito uma recapitulação dos diferentes graus de fertilidade da terra em diferentes regiões, e de ter examinado as diversas espécies de gêneros que elas podem produzir, em quantidade maior ou menor, dependendo da sua qualidade intrínseca; depois de ter tratado do estabelecimento dos burgos e dos mercados para facilitar a venda destes mesmos gêneros, passo, agora, nesta segunda parte, a demonstrar, pela comparação das trocas que poderiam se realizar – vinho por tecido, trigo por sapatos ou por chapéus, etc. – e pela dificuldade que causaria o transporte destes víveres e mercadorias, a impossibilidade de estabelecer seus respectivos valores intrínsecos.

Procurarei demonstrar a absoluta necessidade em que se encontram os homens de achar algo que fosse de fácil transporte, que não fosse corruptível e que pudesse conter em seu peso uma proporção ou um valor igual aos diferentes gêneros e mercadorias, quer aqueles que são estritamente necessários, quer os que atendem apenas às comodidades. Desta necessidade adveio a escolha do ouro e da prata para o grande comércio, e do cobre, para as pequenas trocas.

Estes metais não apenas são duráveis e de fácil transporte, como dão ocasião a que muitos trabalhem, para a sua produção, na superfície da terra. É isto que lhes confere o valor real que se buscava para um equivalente.

Locke, que como todos os outros escritores ingleses que trataram do assunto não atenta senão para os preços de mercado, afirma que o valor de todas as coisas é proporcional à sua abundância ou escassez e à abundância ou escassez do dinheiro pelo qual elas se trocam. Sabemos que, em geral, o preço dos comestíveis e das mercadorias aumentou, na Europa, depois que se trouxe das Índias Ocidentais uma grande quantidade de prata.

Não vejo porque acreditar que o preço das coisas no mercado deva ser proporcional à sua quantidade e a quantidade de dinheiro que circula, no momento, no local, porquanto os gêneros e mercadorias transportados para serem vendidos alhures não influem no preço das que ficam. Por exemplo, se num burgo há duas vezes mais trigo do que o necessário para o seu consumo, comparando-se a quantidade de trigo com a de dinheiro, ver-se-á que, proporcionalmente, há mais trigo do que dinheiro destinado a comprá-lo. E, no entanto, o preço de mercado manter-se-á o mesmo ainda que só houvesse metade deste trigo, já que a outra metade pode – e deve – ser mandada para a cidade, onde os gastos com transporte se acrescentarão aos preços da cidade que, até por isso mesmo, são relativamente mais altos do que os do burgo. Com exceção do caso em que se tem a expectativa de vender em outro mercado, penso que a observação de Locke é justa. Justa, porém, apenas no sentido que tratarei no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

DOS PREÇOS DE MERCADO

Suponhamos, de um lado, os açougueiros e, de outro, os compradores. O preço da carne se determinará depois de algumas alterações, e uma libra de boi equivalerá a pouco mais ou menos a uma moeda de prata, da mesma maneira que toda a carne que está em exposição no mercado para ser vendida, equívale a todo o dinheiro que se trouxe para comprar a carne.

Esta proporção se regula pela alteração. O açougueiro sustenta seu preço, baseado no número de compradores que vê. Os compradores, por seu lado, oferecem menos na medida em que acham que o açougueiro terá poucos fregueses. Quando o preço é estabelecido por alguns, os demais, em geral, o seguem. Enquanto os primeiros se especializam em valorizar suas mercadorias, os segundos se dedicam a depreciá-las. Embora este método de fixar o preço das coisas no mercado não tenha nenhum fundamento justo ou geométrico, visto que ele fica na dependência da solicitude ou das concessões mútuas de um pequeno número de compradores e vendedores, nada indica que houvesse outra maneira de chegar a este preço. Consta que a quantidade de víveres e mercadorias postas à venda, proporcional à demanda ou à quantidade de compradores, é a base sobre a qual se fixa ou sobre a qual se crê que se fixa, os atuais preços de mercado e que estes preços, em geral, não se afastam muito do seu valor intrínseco.

Outra suposição. Vários mordomos receberam ordem para comprar ervilhas frescas logo no início da estação. Um senhor ordenou a compra de dez quartilhos por 60 libras; outro, dez quartilhos por 50 libras; um terceiro, dez por 40 libras e um quarto senhor, dez por 30 libras. A fim de que estas ordens pudessem ser executadas, era necessário haver no mercado 40 quartilhos de ervilhas frescas. Suponhamos, no entanto, que não houvesse mais do que vinte. Os vendedores, vendo tantos compradores, manteriam seus preços e os compradores chegariam até ao preço que lhes foi prescrito. De modo que aqueles que oferecessem 60 libras por dez quartilhos seriam os primeiros a ser atendidos. Vendo, depois, que ninguém estava disposto a ir além das cinquenta libras, os vendedores deixarão os dez quartilhos restantes por este preço. Mesmo assim, aqueles que não tivessem ordens para comprar a ervilha por mais de 40 e de 30 libras, teriam que voltar sem ela.

Se ao invés de quarenta quartilhos houvesse quatrocentos, não apenas estes mordomos teriam pago pelas ervilhas quantias bem abaixo das que lhes haviam sido prescritas, como os vendedores, para poder contar com a preferência do pequeno número de compradores, reduziriam os preços da ervilha quase ao seu valor intrínseco e, neste

caso, até os mordomos que não tivessem recebido ordens para adquiri-las, as comprariam.

Pode ocorrer que os vendedores, teimando em sustentar seus preços no mercado, deixem passar a oportunidade de vender bem seus gêneros e mercadorias e acabem perdendo. Pode, também, ocorrer que sustentando estes preços eles consigam vendê-los com vantagem em outro dia.

Os mercados distantes acabam por influenciar os preços do mercado local. Assim, se o trigo estiver excessivamente caro na França, ele sofrerá uma alta também na Inglaterra e demais países vizinhos.

CAPÍTULO III

DA CIRCULAÇÃO DO DINHEIRO

É pensamento comum na Inglaterra que um arrendatário deve contar com três rendas. A primeira, a renda principal e verdadeira, que ele paga ao proprietário e que se supõe equivaler a um terço do produto total. Uma segunda renda, com que ele mantém a si e aos homens e cavalos que utiliza para cultivar a terra arrendada e, finalmente, uma terceira renda que lhe cabe por tornar lucrativo seu empreendimento.

Pensa-se, em geral, o mesmo nos demais países da Europa. De todo modo, em alguns lugares, como no Ducado de Milão, por exemplo, o arrendatário entrega ao proprietário da terra metade, e não um terço do produto. Muitos proprietários, em todos os países, procuram arrendar suas terras o mais caro possível, mas quando este preço ultrapassa um terço do produto, os arrendatários tornam-se, em geral, muito pobres. Duvido que o proprietário chinês retire de seu arrendatário mais de três quartos do produto da sua terra.

Entretanto, desde que um arrendatário tenha fundos para dirigir sua empresa, o proprietário estará melhor e mais seguro tendo-lhe arrendado a terra por um terço do produto, do que se a arrendasse por um valor mais alto a um arrendatário indigente que o faz correr o risco

de perder toda sua renda. Quanto maior for a terra arrendada mais folgado viverá o arrendatário. É o que ocorre na Inglaterra, onde os arrendatários vivem muito melhor do que nos outros países em que são muito pequenas as terras arrendadas.

Suponho, portanto, nesta pesquisa acerca da circulação do dinheiro, que os arrendatários contam com três rendas e que, inclusive, eles despendem a terceira renda para viver com mais conforto, ao invés de economizá-la. Isto é o que ocorre com a maioria dos arrendatários de todos os países.

Todos os víveres do país saem – direta ou indiretamente – das mãos dos arrendatários, como delas saem todas as matérias primas com que se fazem as mercadorias. É a terra que produz todas as coisas, exceto os peixes, muito embora os pescadores tenham que se manter com produtos da terra.

É preciso, portanto, considerar as três rendas do arrendatário como a fonte principal, ou, por assim dizer, o primeiro móvel da circulação. A primeira renda tem que ser paga ao proprietário em dinheiro vivo. Quanto à segunda e à terceira rendas só se precisa de dinheiro vivo para comprar ferro, estanho, cobre, sal, açúcar, tecidos, enfim todas as mercadorias da cidade que se consome no campo. De todo modo isto não ultrapassa nunca a sexta parte do total, ou das três rendas. No que diz respeito à alimentação e às bebidas dos habitantes do campo, não é preciso necessariamente possuir dinheiro vivo para obtê-las.

O arrendatário pode fabricar sua cerveja ou preparar seu vinho sem despendar dinheiro vivo. Pode fazer seu pão e matar os animais que se come no campo, bois, carneiros, porcos, etc. Pode pagar o serviço, não só o dos trabalhadores braçais, mas também o dos artífices do campo com trigo, carne e bebida. Para fazê-lo ele toma os preços que seus gêneros alcançariam no mercado mais próximo e avalia o trabalho pelo preço corrente na região.

As coisas necessárias à vida são a alimentação, o vestuário e a habitação. Como acabamos de explicar, dinheiro não é necessário para que, no campo, se obtenha a alimentação. Também não é necessário para que se obtenha o vestuário, quando se tecem tecidos grosseiros,

nem para a habitação, quando se erguem casas, como freqüentemente ocorre no campo. O trabalho que executa tais obras pode ser pago por meio da troca, sem que seja necessário avaliá-lo em dinheiro vivo.

Portanto, dinheiro vivo no campo só é indispensável mesmo para pagar a renda principal ao proprietário e para aquelas mercadorias que têm necessariamente de ser compradas na cidade, como facas, tesouras, alfinetes, agulhas, tecidos de lã para alguns arrendatários ou uma e outra pessoa mais abastada, utensílios de cozinha, louça, etc.

Já observei que, de acordo com as estimativas, metade dos habitantes de um país vive nas cidades e, portanto, mais da metade dos produtos da terra são consumidos nas cidades. Por conseguinte, se requer dinheiro vivo não apenas para pagar a renda do proprietário – que corresponde a um terço do produto – mas, também, para comprar as mercadorias da cidade que se consome no campo e que correspondem – pouco mais ou menos – à sexta parte do produto da terra. Ora, um terço mais um sexto perfazem a metade do produto. Por conseguinte, o dinheiro vivo que circula no campo tem que ser igual, pelo menos, à metade do produto da terra, de modo que a outra metade, ou um pouco menos, possa ser consumida no próprio campo, independentemente de dinheiro.

A circulação deste dinheiro se faz porque os proprietários despendem, no varejo, nas cidades, as rendas que os arrendatários lhes haviam pago, no atacado. Os diversos empresários das cidades, açougueiros, padeiros, cervejeiros, etc., reúnem, pouco a pouco, este dinheiro despendido no varejo para, por sua vez, comprar, dos arrendatários, no atacado, bois, trigo, cevada, etc.

Desta maneira, todas as grandes somas de dinheiro se partilham em pequenas parcelas e, todas as pequenas somas são novamente reunidas para cobrir o pagamento de grandes quantias pagas – direta ou indiretamente – aos arrendatários e este dinheiro serve sempre como garantia tanto para transações no atacado quanto no varejo.

Quando afirmei que a circulação no campo requeria, necessariamente, uma quantidade de dinheiro pelo menos igual, em valor, à metade do produto das terras, supus a menor quantia possível. Para que a

circulação no campo se faça com facilidade, suporei que o dinheiro vivo que comanda a circulação das três rendas é igual, em valor, a duas destas rendas, ou igual ao produto de dois terços da terra. Veremos, a seguir, que, em muitas circunstâncias, esta suposição não está longe da verdade.

Suponhamos, agora, que o dinheiro responsável por toda a circulação de um pequeno país é igual a dez mil onças de prata e que todos os pagamentos que se fazem com este dinheiro – tanto do campo para a cidade, quanto desta para o campo – são anuais. Suponhamos, ainda, que estas dez mil onças de prata são iguais, em valor, a duas rendas dos arrendatários ou igual a dois terços do produto da terra. As rendas dos proprietários corresponderão a cinco mil onças de prata, e toda a circulação de dinheiro que restar entre a gente do campo e a da cidade e que se fará por meio de pagamentos anuais, corresponderá, também, a cinco mil onças.

Mas se os proprietários de terra entram em acordo com os seus arrendatários para que estes lhes paguem por semestre e não mais anualmente, e se por causa disto os devedores das duas últimas rendas passarem, também, a pagar suas contas a cada seis meses, esta mudança nos prazos de pagamento provocará uma alteração no ritmo da circulação. Enquanto antes a circulação requeria dez mil onças de prata para realizar os pagamentos uma vez por ano, agora bastam cinco mil porque estas cinco mil onças pagas em duas vezes terão o mesmo efeito de dez mil onças pagas de uma só vez.

Se os proprietários estipularem com os arrendatários para que estes lhes paguem a renda a cada quatro meses, ou se eles se dispuserem a receber dos seus arrendatários as rendas à medida em que as quatro estações do ano permitirem a venda dos seus respectivos gêneros e, se todos os outros pagamentos passarem a ser feitos a cada quatro meses, neste caso, a circulação do dinheiro não requererá mais as dez mil onças de prata anuais porquanto lhe bastarão duas mil e quinhentas onças.

Conseqüentemente, supondo-se que neste pequeno país todos os pagamentos se façam a cada quatro meses, o valor do dinheiro necessário para a circulação é proporcional ao produto anual das terras, isto

é, às três rendas, como 2.500 libras está para 15 mil libras, ou como 1 está para 6, de tal modo que o dinheiro corresponderá à sexta parte do produto anual das terras.

Considerando-se, porém, que cada setor da circulação, nas cidades, é conduzido por diferentes empresários, que o consumo de alimentos se faz mediante pagamentos diários, semanais ou mensais; que o consumo do vestiário – ainda que todas as famílias o façam semestral ou anualmente – cada família, separadamente, o faz em tempos distintos uma das outras; que a circulação do setor de bebidas, que, em grande parte, se faz diariamente, como é diária a circulação no setor da cerveja barata, do carvão e de mil outros ramos cujo consumo é imediato, pareceria que a proporção que supuséramos de pagamentos a cada 4 meses seria muito exagerada e que se poderia levar a cabo a circulação de um produto da terra de 15 mil onças de prata com muito menos do que 2 mil e 500 onças de dinheiro vivo.

Entretanto, visto que os arrendatários têm que pagar vultosas quantias aos proprietários, pelo menos a cada quatro meses, e que os direitos que o Príncipe ou o Estado percebem pelo consumo são acumulados pelos Recebedores que, por sua vez, pagam aos Recebedores Gerais, visto tudo isto, é imprescindível que haja uma quantidade suficiente de dinheiro vivo em circulação para que estes grandes pagamentos possam fazer-se com facilidade e sem conturbar a circulação corrente da alimentação e vestuário dos habitantes.

Percebe-se, pelo que acabei de dizer, que a quantidade de dinheiro vivo necessário à circulação não é algo incompreensível e que esta quantidade pode ser maior ou menor no país, dependendo da marcha dos negócios e da rapidez com que se efetuam os pagamentos. De todo modo, é muito difícil precisar com rigor esta quantidade em geral, pois, como vimos, ela pode ter diferentes proporções em diferentes países. Não é, portanto, senão como conjectura que digo que, em geral, “o dinheiro vivo, necessário à realização da circulação e da troca num país, é aproximadamente igual, em valor, a uma terça parte das rendas anuais dos proprietários de terra.”

Esta proporção não sofrerá grandes alterações se o dinheiro existente no país for escasso ou abundante. Nos países em que o dinheiro

é abundante os arrendamentos são altos e, menores, onde o dinheiro é mais escasso, regra esta que se revelará sempre verdadeira. Contudo, nos países em que o dinheiro é mais raro, a troca simples, direta, é muito mais freqüente do que naqueles em que a quantidade de dinheiro é maior. Por conseguinte, a circulação neles é considerada mais célere e mais desimpedida do que nos países em que o dinheiro é mais abundante. Assim, para avaliar a quantidade de dinheiro que circula é preciso, sempre, considerar a velocidade da sua circulação.

Supondo-se que o dinheiro que circula é igual à terça parte de todas as rendas dos proprietários de terra e que estas rendas são iguais à terça parte do produto anual destas mesmas terras, conclui-se que “o dinheiro que circula num país é igual, em valor, à nona parte de todo o produto anual das terras.”

Petty, num manuscrito de 1685, supõe que o dinheiro em circulação equivale, em valor, a um décimo do produto das terras, mas não diz por quê. Acredito que tenha chegado a este pensamento baseado na sua experiência e na prática que tinha, tanto do dinheiro que circulava na Irlanda, cujas terras ele havia em grande parte percorrido, quanto dos gêneros agrícolas, que ele era capaz de avaliar com um simples olhar. Não discordo inteiramente dele, mas acho melhor comparar a quantidade de dinheiro em circulação com as rendas dos proprietários, rendas estas pagas geralmente em dinheiro, e cujo valor pode ser mais facilmente conhecido se se toma por base uma taxa igual sobre as terras. Isto, a meu ver, é melhor do que comparar a quantidade de dinheiro com os gêneros e produtos agrícolas, cujos preços variam diariamente e, inclusive, uma boa parte é consumida sem passar pelo mercado. Darei, no capítulo seguinte, inúmeras razões e exemplos para fortalecer minha suposição, que reputo útil, ainda que ela não fosse fisicamente verdadeira em nenhum país. Basta que esteja próxima da verdade e que impeça os dirigentes de um país de formarem idéias extravagantes acerca da quantidade de dinheiro em circulação. Não há matéria do conhecimento mais sujeita à ilusão do que os cálculos, sobretudo quando estes ficam entregues à imaginação. Ao contrário, quando fundados no rigor dos fatos, não há conhecimento mais facilmente demonstrável.

Há cidades e países que não têm nenhum campo que lhes seja próprio, mas que, no entanto, subsistem trocando seu trabalho ou manufaturas pelo produto de terras alheias. É o que ocorre com Hamburgo, Dantzig, muitas outras cidades imperiais e, inclusive, com uma parte da Holanda. Nestes Estados parece mais difícil fazer uma avaliação da circulação. Mas, se se pudesse fazer esta avaliação levando em conta os campos de outros países que lhes fornecem a subsistência, ver-se-ia que, provavelmente, o cálculo não diferiria daquele que fiz para os Estados que sobrevivem sobretudo de seus fundos e que constituem o objeto deste *Ensaio*.

No que se refere ao dinheiro vivo necessário para manter o comércio com o exterior, parece não ser imprescindível haver mais do que o que circula no próprio país, desde que a balança de comércio com o exterior seja equivalente, isto é, desde que os gêneros e as mercadorias que se exporta equivalham-se em valor às que se recebe.

Se a França envia tecidos para a Holanda e, em troca, recebe especiarias no mesmo valor, o proprietário que consome estas especiarias paga seu valor ao merceiro, o qual, por sua vez, paga o mesmo valor ao fabricante de tecidos, a quem é devido, na Holanda, valor igual ao dos tecidos que ele para lá enviou. Isto se faz por meio de letras de câmbio, cuja natureza explicarei a seguir. Estes dois pagamentos em dinheiro fazem-se na França fora da renda do proprietário e para a sua efetivação nenhum dinheiro sai da França.

Todas as outras ordens que consomem as especiarias da Holanda pagam-nas também ao merceiro; isto é, aquelas que vivem com a primeira renda, ou seja, a renda do proprietário, pagam-nas com o dinheiro da primeira renda e aquelas que vivem com as duas últimas rendas, seja no campo ou na cidade, pagam ao merceiro direta ou indiretamente, com o dinheiro que movimentam a circulação das duas últimas rendas.

O merceiro, por sua vez, paga este dinheiro ao fabricante com suas letras de câmbio sobre a Holanda. Não é preciso aumentar a quantidade de dinheiro para a circulação em função do comércio exterior quando a balança comercial está equilibrada. Mas, se a balança

não estiver equilibrada, ou seja, se se vende na Holanda mais mercadorias do que se compra ou, se se importa mais mercadorias do que se exporta, será necessário dinheiro para cobrir o que excede, independentemente de ser a Holanda que envia dinheiro para a França ou a França para a Holanda. Com o que aumentará ou diminuirá a quantidade de dinheiro sonante que circula na França.

Pode, inclusive, ocorrer que embora a balança comercial com o exterior esteja equilibrada, este mesmo comércio com o exterior retarde a circulação de dinheiro vivo e, por conseguinte, seja necessário uma quantidade maior de dinheiro para poder movimentá-lo.

Por exemplo, se as senhoras francesas, que usam tecidos franceses, quisessem usar também veludos da Holanda, os quais serão compensados com os tecidos exportados para a Holanda, elas pagarão por este veludo aos comerciantes que o importam e estes comerciantes, por sua vez, pagarão por ele aos fabricantes. Isto faz com que o dinheiro passe por muito mais mãos do que se estas senhoras o levassem diretamente aos fabricantes, contentando-se apenas com os tecidos da França.

A partir do momento em que o mesmo dinheiro começa a passar pelas mãos de muitos empresários, diminui a velocidade da circulação. Mas é muito difícil fazer uma estimativa correta das forças que retardam a circulação, dado o fato de que elas dependem de inúmeras circunstâncias. No nosso exemplo, se estas senhoras pagassem hoje mesmo o veludo ao mercador e se amanhã o mercador pagasse este veludo ao fabricante com a sua letra de câmbio sacada sobre a Holanda; e se este fabricante o pagar amanhã ao comerciante de lã e este, no dia seguinte, ao arrendatário, pode ocorrer que o arrendatário o guarde no cofre por mais de dois meses até completar o quarto da renda que ele tem que pagar ao proprietário. Portanto, este dinheiro poderia, na verdade, ter circulado durante dois meses entre as mãos de centenas de empresários sem retardar substancialmente a circulação necessária à nação.

De qualquer modo, a renda principal do proprietário, no que diz respeito à circulação do dinheiro, deve ser considerada como a parte

mais necessária e mais importante. Se o proprietário vive na cidade e o arrendatário vende, nesta mesma cidade, todos os seus víveres e compra todas as mercadorias necessárias ao consumo no campo, o dinheiro pode ficar permanentemente na cidade. O arrendatário venderá na cidade os gêneros que excederem a metade do produto do seu arrendamento e pagará ao proprietário – ainda na cidade – o dinheiro equivalente a um terço do produto. O restante ele pagará aos comerciantes ou empresários pelas mercadorias que serão consumidas no campo. Como, mesmo neste caso, tendo em vista que o arrendatário vende seus gêneros no atacado, e que estas grandes partidas serão depois vendidas no varejo, e o dinheiro, que para tanto se dividiu, será novamente reunido para servir aos grandes pagamentos dos arrendatários, a circulação produz o mesmo efeito (sem considerar a velocidade) que se o arrendatário levasse o dinheiro de seus víveres vendidos para o campo, devolvendo-o, depois, à cidade.

A circulação consiste sempre em que as grandes somas que o arrendatário obtém pela venda dos seus gêneros no atacado sejam distribuídas no varejo e novamente reunidas para cobrir os grandes pagamentos. Quer este dinheiro permaneça todo na cidade, quer dela saia uma parte, ele é responsável pela circulação na cidade e no campo. Toda a circulação faz-se entre os habitantes do país e todos estes habitantes são alimentados e mantidos com os produtos da terra.

É verdade que a lã, por exemplo, depois que é tirada do campo e transformada em tecido, na cidade, vale quatro vezes mais do que antes. Mas este aumento de valor – que é o preço do trabalho dos operários e dos manufatureiros da cidade – volta a permutar-se por produtos agrícolas que permitem manter estes operários.

CAPÍTULO IV

OUTRA REFLEXÃO SOBRE A RAPIDEZ OU LENTIDÃO
DA CIRCULAÇÃO DO DINHEIRO, NA TROCA

Suponhamos que o arrendatário pagasse, trimestralmente, 1.300 onças de prata ao proprietário. Suponhamos, ainda, que este último gaste, no varejo, todas as semanas, 100 onças pagando ao padeiro, ao açougueiro, etc., e que estes empresários, façam estas 100 onças retornar, todas as semanas, para o arrendatário, de tal modo que ele reúna, semanalmente, tanto dinheiro quanto o proprietário despense. Segundo esta suposição, não haverá mais que 100 onças de prata em perpétua circulação, enquanto as outras 1.200 onças permanecerão guardadas, parte nas mãos do proprietário e parte nas mãos do arrendatário.

No entanto, é muito raro que os proprietários despendam suas rendas com tamanha regularidade e constância. Em Londres, tão logo um proprietário recebe sua renda, ele deposita a maior parte dela nas mãos de um ourives ou de um banqueiro que a emprestam a juros e, por conseguinte, esta parte circula. Ou, então, este proprietário pode gastar uma boa parte dela na compra de inúmeras coisas destinadas ao lar. Pode até ser que ele tenha que contrair empréstimos antes de receber o segundo trimestre. Assim, o dinheiro do primeiro trimestre circulará de mil maneiras antes que o arrendatário possa reunir todo este dinheiro novamente e, com ele, pagar o segundo trimestre ao proprietário.

Chegado o momento de pagar o segundo trimestre, o arrendatário venderá seus gêneros no atacado. Para poderem comprar-lhe bois, trigo, feno, etc., os comerciantes varejistas terão que ter em mãos o dinheiro equivalente, o qual foi retirado do comércio a varejo. Desta maneira, o dinheiro do primeiro trimestre terá circulado nos canais do comércio a varejo durante aproximadamente três meses antes de se concentrar nas mãos dos varejistas que o entregarão aos arrendatários que, com ele, pagarão o segundo trimestre da renda. Isto dará a im-

pressão de que uma quantidade menor de dinheiro do que a que supus bastaria para dar conta da circulação de um país.

As trocas que se fazem diretamente não requerem dinheiro vivo. Se um cervejeiro fornece a um fabricante de tecidos a cerveja que ele e sua família consomem e, se este fabricante de tecidos, por sua vez, fornece ao cervejeiro os tecidos que ele necessita, tudo isto ao preço corrente no mercado no dia combinado para a entrega, ambos só precisarão de dinheiro vivo se for necessário acertar alguma diferença entre o que um entregou ao outro. Caso contrário, os dois comerciantes não terão a menor necessidade de dinheiro.

Se um comerciante, num determinado burgo, manda gêneros agrícolas para que um correspondente os venda na cidade, e, se este, por sua vez, reenvia ao primeiro mercadorias da cidade que o campo consome, ainda que o intercâmbio entre os dois comerciantes se prolongue por todo o ano, se a confiança mútua os faz avaliar os gêneros e as mercadorias segundo os preços dos respectivos mercados, eles não precisarão de dinheiro vivo para dar prosseguimento ao seu comércio, senão o montante necessário para saldar a diferença, se houver, ao final do ano, ou, então, transferir o saldo restante para o ano seguinte sem que, com isso, haja desembolso de qualquer dinheiro efetivo. Todos os empresários de uma cidade e que têm, continuamente, negócios uns com os outros, podem praticar este método. Tais trocas parecem economizar muito dinheiro vivo na circulação ou, pelo menos, acelerar o seu movimento, ao dispensar inúmeras mãos pelas quais o dinheiro teria necessariamente que passar se não fosse esta confiança e esta maneira de trocar. Não é, pois, sem razão que se diz comumente que a confiança no comércio torna o dinheiro menos raro.

Os ourives e os bancos públicos, cujas letras passam, nos pagamentos, por dinheiro vivo, também contribuem para a aceleração da circulação que seria retardada se fosse necessário dinheiro efetivo para realizar todos os pagamentos que se fazem com estas letras. Ainda que estes ourives e banqueiros tenham sempre em caixa uma boa parte do dinheiro efetivo que recebem quando emitem suas letras, eles também não deixam de pôr em circulação uma quantidade considerável de di-

nheiro efetivo, o que explicarei adiante, quando tratar dos bancos públicos.

Todas estas reflexões parecem provar que se poderia levar a efeito a circulação num país com muito menos dinheiro efetivo do que aquele que, para tanto, supus necessário. No entanto, as observações que se seguem parecem contrabalançar estas reflexões e contribuir para retardar o ritmo desta mesma circulação.⁶

Observaria, inicialmente, que todos os mantimentos são produzidos no campo com um trabalho que pode ser comandado, em termos absolutos, por pouco ou até nenhum dinheiro efetivo, como já mencionei inúmeras vezes. No entanto, todas as mercadorias produzidas nas cidades ou nos burgos o são por operários aos quais é preciso pagar com dinheiro efetivo. Se uma casa custou cem mil onças de prata para ser construída, toda esta soma, ou pelo menos a maior parte dela, teve que ser despendida, todas as semanas, pouco a pouco, para pagar – direta ou indiretamente – ao oleiro, aos pedreiros, marceneiros, etc.

As despesas das famílias humildes, que numa cidade constituem sempre a maioria, se fazem, todas, com dinheiro vivo. Neste comércio pequeno não há lugar para o crédito, letras de câmbio, nem para compensações. Os comerciantes ou empresários que trabalham a varejo exigem dinheiro vivo em troca das coisas que fornecem. Se chegam a vender fiado a algumas famílias por alguns dias ou meses é preciso depois pagar-lhes com dinheiro efetivo. Um seleiro que vende uma carruagem por 400 onças e recebe letras em pagamento, precisará converter estas letras em dinheiro efetivo para pagar todos os materiais e operários que trabalharam na confecção da referida carruagem, quer tenham trabalhado a crédito, quer recebendo antecipações, para poderem fazer uma nova carruagem. A venda da carruagem lhe proporcionará um lucro que ele despenderá na manutenção da sua família. Ele só poderia contentar-se com as letras no caso de possuir alguma poupança ou se applicasse o dinheiro a juros.

6 O sentido desta passagem nos é estranho, embora seja esta a idéia que está no original. [N. T.]

O consumo dos habitantes de um país reduz-se, em certo sentido, exclusivamente à sua alimentação. A habitação, o vestuário, o mobiliário, etc., correspondem à alimentação dos operários que os produziram. Nas cidades, a bebida e a alimentação são pagas necessariamente com dinheiro vivo. Nas famílias dos proprietários que vivem na cidade, a alimentação é comprada diária ou semanalmente e o vinho é pago semanalmente ou mensalmente. Nestas famílias, os chapéus, os calçados, etc., são pagos, em geral, com dinheiro vivo, cujo montante corresponde ao dinheiro pago aos operários que os produziram. Todas as somas que servem para fazer os grandes pagamentos são necessariamente divididas e distribuídas em pequenas parcelas para que correspondam à subsistência dos operários, dos criados, etc. Por sua vez, estas pequenas somas são novamente reunidas e concentradas nas mãos dos pequenos empresários e dos varejistas ocupados com a subsistência dos habitantes, que delas necessitam para pagar aos arrendatários os gêneros alimentícios comprados no atacado. Um taberneiro que vende cerveja, reúne, moeda a moeda, as somas que terá que pagar ao seu fornecedor e este se serve delas para comprar, no campo, todos os cereais e matérias primas necessárias à fabricação da cerveja. Seria impossível imaginar que aquilo que se compra com dinheiro, como móveis, mercadorias, etc., pudesse não corresponder ao valor da subsistência daqueles que as produziram.

A circulação, nas cidades, é levada a cabo por empresários e corresponde sempre, direta ou indiretamente, à subsistência dos criados, dos operários, etc. Não é concebível que ela possa realizar-se no pequeno varejo sem dinheiro efetivo. As letras de câmbio podem até substituí-lo, por algum tempo, quando se trata de quantias grandes. Mas quando, mais cedo ou mais tarde, torna-se necessário dividir as grandes somas entre as pequenas trocas – o que inevitavelmente ocorre no fluxo da circulação de uma cidade – as letras de câmbio não servem mais e é preciso ter dinheiro efetivo.

Dado estes pressupostos, todas as ordens de um país que têm reservas economizam e deixam pequenas somas de dinheiro vivo fora da circulação, até que possam contar com o bastante para emprestá-lo a juros ou com lucro.

Inúmeras pessoas – avarentas ou medrosas – enterram ou entesouram dinheiro efetivo por períodos consideráveis.

Inúmeros proprietários, empresários, etc., sempre guardam algum dinheiro vivo, nos bolsos ou nos cofres, para os imprevistos e para não serem pegos desprevenidos. Se um senhor declara que durante um ano ele nunca teve menos de vinte luíses no bolso, nós podemos dizer que este bolso teve vinte luíses fora de circulação durante um ano. Ninguém gosta de gastar até o último centavo, pois ninguém gosta de ficar completamente sem dinheiro, e, até para pagar uma dívida, em geral, prefere-se, primeiro, receber mais dinheiro do que gastar todo o que se tem.

Os bens dos menores e dos litigantes freqüentemente é depositado em dinheiro vivo e mantido fora da circulação.

Além dos grandes pagamentos que passam pelas mãos dos arrendatários durante os quatro trimestres do ano, fazem-se muitos outros, de empresário a empresário, nos mesmos trimestres ou em outros períodos, e de empresários a emprestadores de dinheiro. Todas estas somas, que são uma concentração de dinheiro miúdo, voltam a dispersar-se e, cedo ou tarde, retornam ao arrendatário. Mas elas parecem demandar uma quantidade maior de dinheiro vivo para a circulação do que se estes grandes pagamentos fossem feitos em períodos distintos daqueles em que os arrendatários recebem o pagamento pelos seus gêneros.

De resto, existe uma variedade tão grande de ordens de habitantes num país e na circulação de dinheiro efetivo que lhes corresponde, que parece impossível, a quem quer que seja, estatuir precisamente qual é a proporção exata de dinheiro que é necessária para a circulação. Eu não dei tantos exemplos, nem fiz todas estas observações, senão para demonstrar que não me afastei muito da verdade quando supus “que o dinheiro vivo necessário à circulação no país corresponde, mais ou menos, a um terço do valor de todas as rendas anuais dos proprietários de terra.”

Quando os proprietários têm uma renda que corresponde à metade do produto, ou a mais de um terço dele, requer-se mais dinheiro

vivo para a circulação, mantidas todas as demais condições. Quando existe uma grande confiança nos bancos e nos intercâmbios, uma quantidade menor de dinheiro poderá bastar, ainda que o ritmo da circulação possa ser acelerado de algum modo. Mas mostrarei a seguir que os bancos públicos não trazem tanta vantagem quanto se crê comumente.

CAPÍTULO V

SOBRE A DESIGUALDADE DA CIRCULAÇÃO DE DINHEIRO VIVO NUM PAÍS

A cidade fornece sempre ao campo inúmeras mercadorias e os proprietários de terra que residem nas cidades devem receber sempre, aproximadamente, um terço do produto de suas terras. Deste modo, o campo deve à cidade mais da metade do produto das terras. Esta dívida se elevaria para além da metade se todos os proprietários residissem na cidade, mas como muitos dentre os menos abastados permanecem no campo, suponho que a dívida, que continuamente o campo contrai com a cidade, é igual à metade do produto das terras. Suponho, ainda, que esta dívida se paga, na cidade, com a metade dos gêneros do campo que para ela são transportados e cujo preço de venda é empregado para pagá-la.

O campo tem uma dívida permanente com a Capital, tanto pelas rendas devidas aos proprietários mais importantes que nela residem, quanto pelos impostos devidos ao Estado, ou à Coroa, cuja maior parte é consumida na Capital. Todas as cidades provinciais têm, também, uma dívida permanente com a Capital, seja para com o Estado, sobre as casas ou sobre o consumo, seja pelas diferentes mercadorias que elas compram na Capital. Ocorre, também, que muitos particulares e proprietários que vivem nas cidades provinciais vão passar algum tempo na Capital, ou por prazer ou para acompanhar o julgamento de algum processo em última instância, ou, ainda, porque enviam seus filhos para a Capital para dar-lhes uma educação condizente com a moda. Por conseguinte, todas essas despesas que se fazem na Capital saem das cidades provinciais.

Pode-se, portanto, dizer que o campo e as cidades de um país têm, constante e anualmente, uma dívida com a Capital. Ora, como tudo isto é pago em dinheiro, é claro que as províncias devem sempre grandes somas à Capital. Os gêneros e mercadorias que as províncias enviam à Capital são vendidos por dinheiro e com este dinheiro paga-se a dívida ou o saldo em questão.

Suponhamos, agora, que a circulação de dinheiro é igual nas províncias e na Capital, tanto no que diz respeito à quantidade de dinheiro quanto no que se refere à velocidade de sua circulação. O saldo será inicialmente enviado à Capital em espécie, o que diminuirá a quantidade de dinheiro nas províncias e a fará aumentar na Capital. Por conseguinte, os gêneros e mercadorias ficarão mais caros na Capital do que nas províncias, em função da maior abundância de dinheiro na Capital. A diferença de preços na Capital e nas províncias deverá cobrir os custos e os riscos do transporte, caso contrário se continuará a transportar as espécies para a Capital para cobrir essa diferença até que os preços na Capital e nas províncias atinjam o nível dos custos e dos riscos do transporte. Só então, os mercadores ou empresários dos burgos comprarão a baixos preços os gêneros nas aldeias e os enviarão para a Capital para vendê-los por um preço mais alto. Esta diferença de preços terá, necessariamente, que cobrir a manutenção dos cavalos e dos condutores, além de garantir o lucro dos empresários. Sem isto, a empresa não poderia continuar.

Disto resulta que, proporcionalmente aos custos e riscos do transporte, os preços dos gêneros de igual qualidade serão sempre mais elevados nas propriedades que estão mais próximas da Capital do que naquelas que estão mais distantes. Os terrenos adjacentes aos mares e rios que se comunicam com a Capital, obterão melhor preço pelos seus produtos do que aqueles que estão distantes (mantendo-se igual tudo o mais), porque os custos de transporte por água são menores do que aqueles que se fazem por terra. Por outro lado, os gêneros e as pequenas mercadorias que não podem ser consumidos na Capital, seja porque não são apropriados, seja porque não podem ser transportados, ou devido ao seu volume, ou porque se estragariam no caminho,

serão infinitamente mais baratos no campo e nas províncias distantes do que na Capital, devido à menor quantidade de dinheiro em circulação nas províncias distantes.

É assim que os ovos frescos, a caça miúda, a manteiga fresca, a lenha, etc., serão em geral muito mais baratos nas províncias de Poitou do que em Paris, enquanto que o trigo, os bois e os cavalos serão mais caros em Paris devido à diferença dos custos e riscos do transporte e dos direitos de entrada na cidade.

Seria fácil fazer uma infinidade de observações da mesma natureza para justificar, pela experiência, a necessidade de uma circulação do dinheiro desigual nas diferentes províncias de um grande Estado ou Reino e demonstrar que esta desigualdade é sempre relativa ao saldo ou dívida que cabe à Capital.

Se supomos que o saldo que cabe à Capital chega a um quarto do produto das terras de todas as províncias do país, então, o melhor emprego que se pode dar a elas seria utilizar as terras vizinhas à Capital para a produção de gêneros que não podem ser trazidos das províncias distantes sem enormes despesas e depreciação. De fato, é o que ocorre na prática.

Os preços de mercado na Capital servem de referência para os arrendatários usarem as terras para produzir este ou aquele produto e, em geral, eles empregam as mais próximas na produção de hortaliças e campinas, quando elas a isto se prestam.

Nas províncias distantes – na medida do possível – deverão ser estabelecidas as manufaturas de tecido, de linho, renda, etc., e nas vizinhanças das minas de carvão ou das florestas que, devido à sua distância, não podem ser utilizadas, as manufaturas de utensílios de ferro, estanho, cobre, etc. Deste modo se poderia enviar as mercadorias já prontas à Capital com muito menos gastos de transporte do que se se enviasse tanto as matérias primas para confeccioná-las na própria Capital quanto a subsistência dos operários que as confeccionariam. Isto permitiria poupar uma infinidade de cavalos e de carroceiros que poderiam ser melhor empregados para o bem do Estado: as terras serviriam para manter no local os artesãos e operários úteis, e para

reduzir o número de cavalos que só servem para o transporte. Deste modo, as terras distantes dariam rendas mais consideráveis aos proprietários e a desigualdade da circulação que existe entre as províncias e a Capital seria menor.

Entretanto, para instalar estas manufaturas é preciso não só muito estímulo e muitos recursos, mas, também, os meios de assegurar o consumo regular e constante, tanto na própria Capital quanto em alguns países estrangeiros. O lucro que se obtém neste comércio pode servir à Capital para pagar as mercadorias que importa desses países ou para as remessas de dinheiro *in natura*.

Quando tais manufaturas são implantadas, não se alcança logo a perfeição. Se alguma outra província já as possui – ou porque são mais belas, ou porque são mais baratas, ou pela proximidade com a Capital, pela comodidade de existir um mar ou um rio que as ligue com a Capital, facilitando, assim, enormemente, o transporte – claro que estas manufaturas recém implantadas não obterão sucesso. É preciso, pois, avaliar todas estas circunstâncias quando se trata da instalação de uma manufatura. Não me propus – neste *Ensaio* – a tratar detalhadamente da questão. Limitei-me a sugerir que se deveria, na medida do possível, fundar manufaturas nas províncias distantes da Capital para torná-las mais importantes e para criar uma circulação de dinheiro semelhante a da Capital.

Quando uma província distante não conta com manufaturas e só produz gêneros comuns sem ter nenhuma comunicação por água com a Capital ou com o mar, é surpreendente como o dinheiro nesta província é raro quando comparado ao que circula na Capital, e quão pequenas são as rendas que mesmo os melhores terrenos dão ao Príncipe e aos proprietários que vivem na Capital.

Os vinhos da Provença e do Languedoc, enviados pelo Estreito de Gibraltar para o Norte, numa navegação longa e penosa, depois de haver passado pelas mãos de inúmeros intermediários, rendem bem pouco aos proprietários que residem em Paris.

No entanto, malgrado todas as desvantagens do transporte e da distância, as províncias distantes têm de enviar seus gêneros, necessa-

riamente, quer para a Capital, quer para qualquer outro lugar, quer no próprio país, quer para países estrangeiros, de modo que a sua venda lhes permita pagar a dívida que têm com a Capital. Tais gêneros poderiam ser em boa parte consumidos nas próprias províncias, se nelas houvesse manufaturas que permitissem pagar esta dívida e, neste caso, o número de seus habitantes seria bem maior.

Quando a província só pode pagá-la com os seus gêneros, os quais rendem tão pouco na Capital devido aos gastos decorrentes da distância, é visível que o proprietário, que reside na Capital, entrega o produto de muitas terras, na sua província, para receber, em troca, bem pouco na Capital. Isto decorre do montante desigual de dinheiro e esta desigualdade decorre da dívida constante que a província tem com a Capital.

Atualmente, se um determinado país ou Reino, que abastece com produtos de suas manufaturas todos os países estrangeiros, faz de tal modo este comércio que obtém, todos os anos, um saldo constante de dinheiro, a circulação de dinheiro nele se tornará mais considerável do que nos países estrangeiros, o dinheiro será mais abundante e, por conseguinte, a terra e o trabalho terão, progressivamente, um preço mais alto. Isto fará com que em todos os ramos do comércio o país em questão troque, com o exterior, uma quantidade menor de terra e de trabalho por uma maior, mantidas as mesmas circunstâncias.

Se algum estrangeiro residir nesse país, ele estará mais ou menos nas mesmas condições de um proprietário que vive em Paris e tem suas terras em províncias distantes.

A França, desde a implantação, em 1646, das manufaturas de tecidos e outras que a elas se seguiram, parecia realizar, pelo menos em parte, o comércio nas condições que acabo de descrever. Com a decadência da França, a Inglaterra tomou a dianteira e a partir de então os países eram mais ou menos florescentes dependendo das manufaturas que tivessem. A desigualdade da circulação do dinheiro nos diferentes países representa, comparativamente, a desigualdade de poderes, mantidas iguais as demais condições, e esta desigualdade na circulação corresponde sempre ao saldo da balança comercial.

É fácil verificar, pelo que ficou dito neste capítulo, que estipular os impostos com base no dízimo real, como fez Vauban, não seria nem vantajoso, nem exequível. Seria mais justo se se cobrasse o imposto sobre as terras, em dinheiro, proporcionalmente às rendas dos proprietários. Todavia, não devo afastar-me do meu assunto para demonstrar os inconvenientes e a inexecutabilidade do plano de Vauban.

CAPÍTULO VI

DO AUMENTO E DIMINUIÇÃO DA QUANTIDADE DE DINHEIRO VIVO NUM PAÍS

Quando se descobre minas de ouro e prata num país e delas se extrai quantidades consideráveis destes minérios, o proprietário destas minas, os empresários e todos aqueles que nelas trabalham, aumentarão suas despesas proporcionalmente às riquezas e lucros que obtiverem. Além do mais, emprestarão, a juros, o dinheiro que ultrapassar aquilo de que necessitam para suas despesas.

Todo este dinheiro – tanto o que foi emprestado quanto o que foi despendido – entrará na circulação e fará com que se eleve o preço dos gêneros e das mercadorias em todos os canais de circulação onde ele penetrar. O aumento da quantidade de dinheiro desencadeará um aumento da despesa e este, por sua vez, acarretará a elevação dos preços de mercado nos anos de troca mais intensa e, gradativamente, nos anos de troca menos intensa.

Todo mundo concorda que a abundância de dinheiro, ou o aumento da sua quantidade nas trocas, provoca o encarecimento de todas as coisas. A quantidade de prata que se levou da América para a Europa nos últimos dois séculos, confirma esta verdade.

Locke enuncia como máxima fundamental que a proporção entre a quantidade de gêneros e de mercadorias e a quantidade de dinheiro serve de referência aos preços de mercado. Procurei esclarecer esta sua idéia nos capítulos precedentes. Ele se deu conta de que a abun-

dância de dinheiro encarecia todas as coisas, mas não procurou descobrir como isto se dava. A grande dificuldade em descobrir este processo reside em saber por que via e em que proporção o aumento da quantidade de dinheiro provoca a elevação dos preços das coisas.

Já observei que uma aceleração ou uma rapidez maior na circulação do dinheiro equivale – até certo ponto – a um aumento da quantidade do dinheiro efetivo. Observei, também, que o aumento ou a diminuição dos preços num mercado distante, seja no país ou no exterior, influi sobre os preços atuais do mercado. Por outro lado, o dinheiro circula no varejo por um número tão grande de canais que parece impossível não perdê-lo de vista, dado que, tendo sido reunido para constituir grandes somas, ele é distribuído em pequenos canais da troca, até que depois, pouco a pouco, ele volta a concentrar-se para poder fazer os grandes pagamentos. Para estas operações é preciso trocar constantemente as moedas de ouro, prata e cobre, segundo a rapidez com que as trocas se fazem. Ocorre, então, freqüentemente, que o aumento ou a diminuição da quantidade de dinheiro efetivo no país passe desapercibida, dado que ele escoo para o exterior ou se introduz no país por vias e em proporções tão imperceptíveis que é impossível saber ao certo qual a quantidade que entra no país e qual a que dele sai.

No entanto, todas estas operações se passam sob os nossos olhos e todo mundo toma parte nelas diretamente. Assim, creio poder arriscar algumas reflexões sobre a matéria, embora não possa dar conta dela de uma maneira exata e precisa.

Penso que um aumento da quantidade de dinheiro efetivo causa no país um aumento proporcional do consumo, o que leva, paulatinamente, ao aumento dos preços.

Se o aumento da quantidade do dinheiro efetivo procede das minas de ouro ou de prata existentes num país, o proprietário destas minas, os empresários, os fundidores, os refinadores e, em geral, todos os que nelas trabalham, aumentarão as suas despesas na proporção dos seus ganhos. Consumirão mais carne e mais vinho ou cerveja do que o faziam, passarão a vestir-se melhor, com um linho mais fino, a ter casas mais bonitas, além de outras comodidades mais requintadas. Por

consequente, eles darão mais emprego a inúmeros artesãos que, tendo muito mais serviço do que tinham anteriormente, aumentarão, pela mesma razão, também as suas despesas. Todo este aumento de despesas com carne, vinho, lã, etc., diminui necessariamente a parte dos outros habitantes do país que inicialmente não participam das riquezas das minas em questão. As alterações do mercado ou a demanda de carne, vinho, lã, etc., sendo maior do que comumente, farão com que os preços se elevem. Estes altos preços levarão os arrendatários a decidir-se a usar mais terras para produzi-los para o próximo ano. Estes mesmos arrendatários lucrarão com este aumento dos preços e aumentarão as despesas das suas famílias, tal como os demais. Portanto, quem sofrerá com este encarecimento e com este aumento do consumo, serão, primeiro, os proprietários de terra durante a vigência dos seus arrendamentos, depois, seus criados e todos os trabalhadores ou pessoas que sustentam família com ganhos fixos. Todos estes terão que reduzir suas despesas na proporção do novo consumo, o que obrigará a que um grande número deles seja forçado a deixar o país e ir tentar a sorte alhures. Os proprietários despedirão a muitos e ocorrerá que os outros pedirão um aumento de remuneração para poderem subsistir como de costume. Eis aí, mais ou menos, como um aumento considerável da quantidade de dinheiro devido às minas faz crescer o consumo e, ao fazer diminuir o número de habitantes do país, provoca um dispêndio maior entre os que ficam.

Se se continua a extrair prata das minas, o preço de todas as coisas, devido a esta abundância de prata, elevar-se-á a tal ponto que – ao expirar os contratos de arrendamento – os proprietários de terra, e não só eles, aumentarão consideravelmente suas rendas e voltarão a levar seu antigo padrão de vida. Desta forma, aumentarão, também, proporcionalmente, a remuneração daqueles que os servem. Os artesãos e os obreiros cobrarão tão caro pelos seus produtos que se tornará vantajoso ir comprá-los no exterior, onde custam mais barato. Isto levará, naturalmente, a que muitos, de fato, mandem buscar produtos manufaturados no exterior onde, como dissemos, eles são mais baratos. Esta importação arruinará insensivelmente os artesãos e manufatureiros do

país que, devido à carestia, não poderiam subsistir produzindo com preços tão baixos.

Quando a grande abundância de prata das minas tiver provocado uma redução do número de habitantes do país, e os que restarem estiverem já acostumados a uma grande despesa, quando esta grande quantidade de prata tiver levado os produtos da terra e do trabalho dos obreiros a preços excessivos, tiver arruinado as manufaturas do país devido ao consumo que das manufaturas do exterior fazem os proprietários de terra e os que trabalham nas minas, a prata produzida nestas minas irá necessariamente para o exterior em pagamento dos produtos importados. Isto empobrecerá imperceptivelmente este país e o tornará, de algum modo, dependente do país estrangeiro ao qual ele é obrigado a enviar anualmente a prata que extrai das minas. A grande circulação do dinheiro que, de início, era geral, cessa; a pobreza e a miséria aparecem e a exploração das minas parece fazer-se exclusivamente em benefício dos que nelas trabalham e dos estrangeiros que delas tiram proveito.

Foi mais ou menos isto que ocorreu com a Espanha depois da descoberta das Índias. Quanto aos portugueses, depois da descoberta das minas do Brasil, eles praticamente passaram a só usar produtos de manufaturas estrangeiras. Parece que eles só exploram suas minas para pagar e beneficiar estes mesmos estrangeiros. Todo ouro e prata que estes dois países extraem das minas não lhes alimenta a circulação do dinheiro, mas apenas a dos outros países, Inglaterra e França, sobretudo.

Entretanto, se o aumento da quantidade de dinheiro provém de uma balança comercial favorável com outros países, isto é, se se exporta produtos de mais valor e em maior quantidade do que se importa, recebendo por isso uma quantidade maior de dinheiro, este aumento anual de dinheiro enriquecerá a um grande número de comerciantes e empresários no país e dará emprego aos inúmeros artesãos e obreiros que produzem as mercadorias que são enviadas para o exterior em troca de dinheiro. Isto fará com que, paulatinamente, estes habitantes industriais aumentem o seu consumo e encarecerá o preço da terra e do trabalho. Mas as pessoas industriais interessadas em ajuntar ri-